MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA

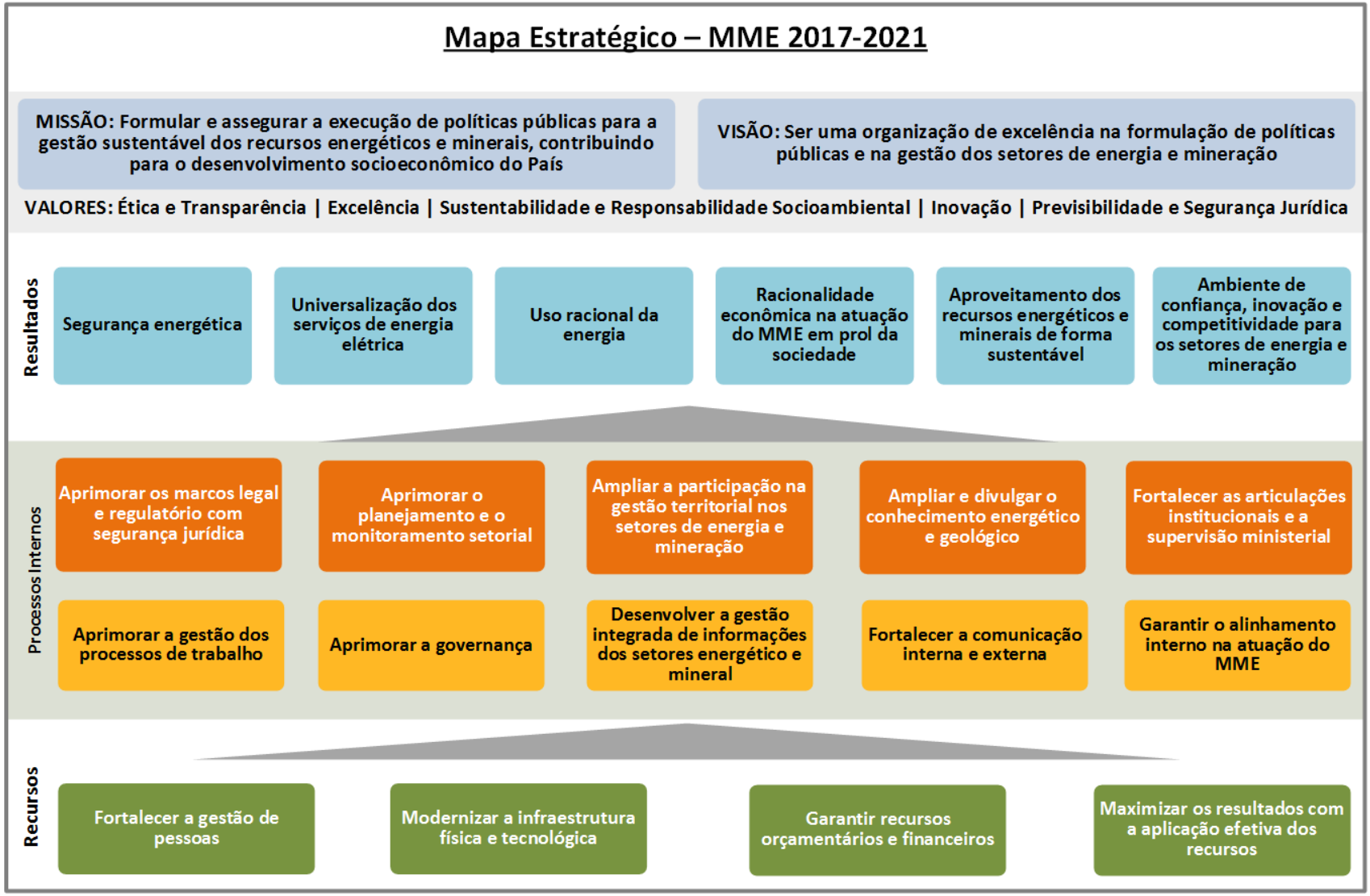
BOLETIM DE MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – ATAS E DESAFIOS 5º, 6º E 7º CICLOS 2018.

Brasília/DF 25 de junho de 2020

Sumário

Sumário 2
Mapa Estratégico 2017-2021 4
Atas 5º Ciclo: 5
Ata 5º Ciclo RAE 5
Desafios 5º Ciclo 2018: 8
Desafio 1 - Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras 8
Desafio 2 - Medidas Infra Legais 10
Desafio 3 - Modernização da Eletrobras 12
Desafio 4 - Tarifa Justa 15
Desafio 5 - Projeto SGM - Modernização da Indústria Mineral 17
Desafio 6 - Leilões de Geração 18
Desafio 7 - Gás para Crescer 21
Desafio 8 - Rodadas de Licitação 23
Desafio 9 - Cessão Onerosa 27
Desafio 10 - Renovabio 29
Atas 6º Ciclo: 31
Ata 6º Ciclo RAE 31
Desafios 6º Ciclo 2018: 33
Desafio 1 - Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras 33
Desafio 2 - Medidas Infra Legais – Modernização do Setor Elétrico 35
Desafio 3 - Modernização da Eletrobras 36
Desafio 4 - Tarifa Justa 39
Desafio 5 – Projeto SGM -Modernizar a Indústria Mineral Brasileira 40
Desafio 6 - Leilões de Geração - LEN A-6/2018 e Leilões de Transmissão 41
Desafio 7 - Leilões de Geração LEE/2018 – A-1 e A-2 44
Desafio 8 - Gás para Crescer 45
Desafio 9 - Rodadas de Licitação sob o Regime de Partilha de Produção 47
Desafio 10 - Cessão Onerosa 49
Desafio 11 - Renovabio 51
Desafio 12 - Revisão de marco legal 53
Atas 7º Ciclo: 54
Ata 7º Ciclo RAO SGM 54
Ata 7º Ciclo RAO SPG 65
Ata 7º Ciclo RAO SPOA 67
Ata 7º Ciclo RAO SEE SPE AEREG e ASSEC 70
Ata 7º Ciclo RAE 73

Mapa Estratégico 2017-2021



Atas 5º Ciclo:

Ata 5º Ciclo RAE

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA – RAE - 5° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
17/05/2018 16h00 às 18h00	Sala de Reunião Plenária /MME	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATEGICA-AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
1. Wellington Moreira Franco	Ministro/GM	
2. Márcio Félix	Secretário Executivo/SE	
3. Edvaldo Risso	Secretário-Executivo Adjunto/SE	
4. José Wanderley Uchoa	Chefe de Gabinete/GM	
5. Vicente Lobo	Secretário/SGM	
6. Eduardo Azevedo	Secretário/SPE	
7. João Vicente Vieira	Secretário/SPG	
8. Ildo Grudtner	Secretário/SEE	
9. Moacir Bertol	Secretário-Adjunto/SPE	
10. Mauricyo Jose Correis	Secretário-Adjunto/SGM	
11. Renata Isfer	Consultora jurídica	
12. Marisete Pereira	ASSEC/GM	
13. Guilherme Syrkis	Gab./SE	
14. Marco Aurélio	AEGE/SE	
15. Jairez Eloi	AEGE/SE	
16. Antonio Carlos Ramos	Gab./GM	
17. Edison Freitas	AECI	
18. Ingrid Palma	AECI	
19. Juliette Monzã	Gab./SE	

20. Agnes Costa	ASSEC/GM	
21. Miguel Ivan Lacerda	SPG	
22. Martha Lyra	ASPAR	
23. Symone Araújo	DGN/SPG	
24. Dalton Oliveira	AEPED	
25. Igor Walter	Gab./SE	
26. Cesar Borges	ASCOM	
27. Layse lacerda	ASCOM	
28. Danielle Guimarães	ASSINT	
29. Mônica Ferreira	ASCOM	

REUNIÃO DE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA - RAE – 5º CICLO

1. Abertura

1.1 O Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC, com a presença do Senhor Ministro, realizou a 5º RAE, tendo a abertura da reunião conduzida pelo Secretário Executivo, o qual fez breve exposição sobre a implantação do Planejamento Estratégico Institucional no MME, no ano de 2017. Em seguida, fazendo um realinhamento do planejamento estratégico do MME, se referiu aos "Desafios 2018", ou seja, onze projetos elencados pelo Senhor Ministro, os quais deverão ser tratados como projetos prioritários no corrente exercício, sendo foco de um acompanhamento sistemático/semanal por parte do CGRC.

2. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Em seguida cada um dos onze responsáveis pelos projetos fez uma breve apresentação sobre a concepção e o estágio em que se encontram os projetos, na seguinte ordem;

1 – Modernização da ELETROBRAS - (*Igor*);
2 - Modernização do Setor Elétrico - (*Marisete*);
3 - Desestatização das Distribuidoras da ELETROBRAS – (*Agnes*);
4 - Leilões de Energia A-6 /2018, Leilões de Transmissão – (*Bertol*);
5 - Tarifa justa – (*Ildo*);
6 - Luz do sol – (*Eduardo*);
7 - Revisão do contrato de cessão onerosa – (*João Vicente*);
8 - Rodadas de licitações sob o regime de partilha de produção, rodadas de licitações de
Blocos na modalidade de oferta permanente, sob regime de concessão, a iniciar em
2018 – (*João Vicente*);
9 - Gás para crescer – (*Symone*);
10 – Renovabio (*Miguel Ivan*); e

11 - Modernização da Indústria Mineral Brasileira – (*Vicente Lobo*).

3. ENCAMINHAMENTO

3.1 O Secretário Executivo-Adjunto ficou de encaminhar, após a reunião, e-mail a cada participante, informando sobre os próximos passos a serem realizados em relação aos projetos, abordando o seguinte:

- Refinamento/ajustes nos projetos (fichas de acompanhamento). Para alguns projetos o Secretário Executivo Márcio convocará reuniões específicas;
- Atualização das fichas de acompanhamento dos projetos, sempre que ocorrerem fatos novos;
- As fichas quando atualizadas devem ser encaminhadas à AEGE (Marco Aurélio), que deverá manter sempre os Desafios 2018 atualizados;
- Semanalmente, mesmo que os projetos não tenham atualizações, o responsável deve encaminhar a ficha com a atualização da data constante no cabeçalho do projeto e
- Próxima reunião deverá ocorrer em 01/06/2018.

Em tempo, considerando a necessidade de compor material para a equipe de comunicação, foi solicitado aos responsáveis pelos projetos que repassem até 18/05/2018, para a Secretaria-Executiva, com cópia para a AEGE, texto com síntese dos resultados esperados para cada projeto. Esse material **não pode ultrapassar 10 linhas** e deve constar, sempre que possível, quantitativos/indicadores pertinentes (investimentos, km, MV, empregados, bep, m3, etc).

4. ENCERRAMENTO

- O Senhor Ministro de Estado encerrou a reunião orientando a efetiva continuidade dos trabalhos.

Desafios 5º Ciclo 2018:

Desafio 1 - Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO** **Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras**	**Objetivo**: *Promover a licitação de concessões de distribuição associada à transferência de controle das 6 distribuidoras da Eletrobras (Amazonas D, CERON, Eletroacre, Boa Vista Energia, CEAL e CEPISA) – Lei 12783, art. 8º § 1ª-A*	
	Responsável: *Agnes da Costa*	**Atualização:** *25/05/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
1. Manifestação do TCU sobre os estudos de avaliação e modelagem	30/05/2018	😡	
2. Envio de PL ao Congresso – MP 814	30/05/2018	🤔	*Acordada tramitação em regime de urgência*
3. Alteração de Portarias MME – prazo de prestação de serviço	01/06/2018	🙂	
4. Instrução de processo para aprovação do novo prazo para transferência de controle, para convocação de AGE.	04/06/2018	🙂	
5. Publicação do Edital do Leilão pelo BNDES	08/06/2018	😡	*Depende da aprovação da modelagem pelo TCU*
6. Entrega de propostas pelos proponentes	09/07/2018	🤔	*Aprovação do PL traz maior segurança jurídica e competição no leilão*
7. Convocação AGE Eletrobras para alteração de prazo transferência de controle (limite)	27/06/2018	🤔	*Prazo estabelecido na 170ª AGE, de 8/2/2018: 31/07/2018*
8. Realização do Leilão	16/07/2018	🤔	

9. Assembleia Eletrobras - Deliberação prazo transferência de controle (limite)	30/07/2018	🤔	
10. Homologação do Leilão pelo BNDES	16/08/2018	🤔	
11. Transferência de controle / Assinatura do Contrato de Concessão	16/10/2018	🤔	*Após anuência ANEEL e CADE*

Comentários Gerais:

- *Tratativas mais recentes do projeto:*
    - *Processo está no TCU para aprovação de estudos e modelagem. O Tribunal tem levantado dúvidas acerca da modelagem e da avaliação, o que ocasiona mais prazo para apreciação. Já foram prestados todos os subsídios adicionais solicitados pelo Tribunal.*
    - *Leilão: estabelecimento de nova data depende da aprovação pelo TCU.*
    - *Desverticalização da Amazonas Energia concluída – respeitado o prazo de 30/04/2018.*
        - *Aguardando assinatura da Cigás;*
        - *Eletrobras avalia manutenção do processo face à provável caducidade da MP 814/17;*
        - *Avaliação de necessidade de MP para concatenação de contratos – não tornar AmE-GT onerosa*
    - *Tendo em vista o avanço de prazo das análises do TCU, já está sendo avaliado junto à Eletrobras os prazos necessários para alteração de data-limite para transferência do controle acionário, que atualmente consta em decisão da 170ª Assembleia de Acionistas da Eletrobras como 31/7/2018.*
    - *Realização de reunião entre MME, MF, MPDG e SPPI em 25/05/2018: mantido entendimento de colocar as 6 distribuidoras para leilão, prevendo em edital possibilidade de datas distintas.*

Desafio 2 - Medidas Infra Legais

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **Programa de Modernização do Setor Elétrico** **Projeto: Medidas Infra Legais**	**Objetivo**: *Aumentar o poder de escolha do consumidor.*	
	Responsável: *Igor Walter*	**Atualização:** *25/06/18*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
1. Reflexão sobre o Marco Legal do Setor Elétrico	10/06/18		*Debate sobre o setor elétrico brasileiro*
2. Participação dos debates da reforma do Setor Elétrico na Comissão Especial do Congresso Nacional	31/10/18		*Atividade contínua (em coordenação com Projeto do Marco Legal)*
3. Identificação de medidas infra legais prementes	15/06/18		*Discussão com áreas técnicas MME*
4. Interlocução com instituições governamentais	15/07/18		*Discussão setorial (ANEEL, EPE, CCEE, ONS)*
5. Interlocução com agentes setoriais	15/07/18		*Discussão setorial (Agentes e Associações)*
6. Conclusão Proposta Regulamentação	30/07/18		*Áreas técnicas MME*
7. Envio Regulamentação para Casa Civil	15/08/18		SE / CONJUR / GM (MME)
8. Publicação da Regulamentação pela Casa Civil	30/09/18		Necessidade de Audiência Pública[1]

[1] Nos termos do Decreto nº 9.191/2017.

9. Revisão e Atualização de Atos Infra Legais	Após aprovação PL	🙂	Eventuais alterações decorrentes do processo legislativo

Comentários Gerais:

- *A revisão da proposta do PL decorrente da reunião de 24/04/18 não será submetida ao Congresso Nacional. A nova estratégia consiste na elaboração de medidas infra legais cabíveis, derivadas do PL revisado e outras medidas identificadas no bojo dos demais Projetos.*
- *As medidas devem: (i) aumentar o poder de escolha do consumidor; (ii) serem passíveis de regulamentação; (iii) não se tratar de medidas polêmicas.*
- *A tramitação do projeto original na Comissão Especial do Congresso Nacional ocorrerá em paralelo, com participação e interlocução das equipes do MME.*

Desafio 3 - Modernização da Eletrobras

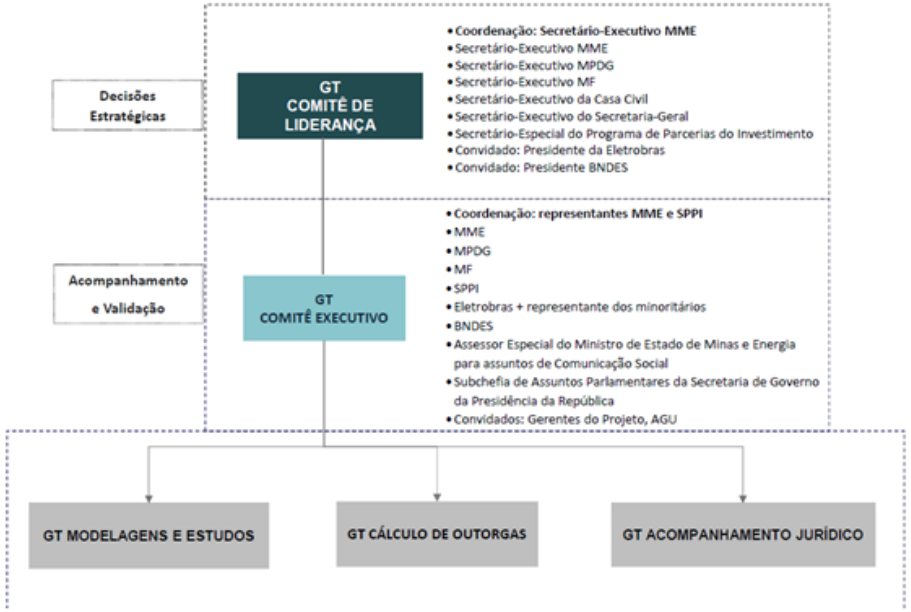
Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO** **Modernização da Eletrobras**	**Objetivo**: *promover a capitalização por meio de emissão primária de ações*	
	Responsável: *Marisete Dadald*	**Atualização:** *25/05/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
FASE 1: PRÉ-APROVAÇÃO DO PL			
1. Aprovação da abertura do pregão para seleção de consultores pela Diretoria do BNDES	15/05/2018	🙂	*Publicação do Edital está condicionada à alteração do Decreto 9351.*
2. Alteração do Decreto n° 9.351/2018	16/05/2018	🙂	*Decreto 9375: permite a publicação do Edital pelo BNDES*
3. Publicação do Edital do pregão	17/05/2018	🙂	
4. Realização do Pregão	12/06/2018	🙂	*Apenas realização do pregão; a efetiva contratação está condicionada à conversão do PL 9643/18.*
5. Deliberação da Diretoria do BNDES	17/07/2018	🙂	
6. Homologação do resultado para contratação dos consultores	18/07/2018	🙂	
FASE 2: ESTUDOS			
7. Aprovação pelo Congresso Nacional – PL n° 9.643/2018	17/07/2018	🤔	*Aprovação no último dia antes do recesso do Congresso Nacional. Não considera os 15 dias úteis da sanção presidencial*

8. Contratação dos Estudos – Assinatura do Contrato	24/07/2018	🤔	*7 dias após a aprovação do PL 9643.*
9. Entrega dos estudos e modelagem pelo BNDES	24/09/2018	🤔	*60 dias para realização dos estudos*
10. Resolução PPI – Modelagem e ajustes	15/10/2018	🤔	*BNDES solicita 30 dias para aprovação dos estudos e emissão Resolução CPPI(Considerado 21 dias)*
11. Envio das informações para o TCU	16/10/2018	🤔	*Atendimento a IN 27/1998*
12. Deliberação pela Diretoria e Conselho de Administração da Eletrobras: aprovação da modelagem e convocação de AGE.	16/11/2018	🤔	*30 dias para instrução interna e deliberação pelos colegiados (possuem prazo mínimo de análise)*
13. Assembleia Geral de Acionistas para aprovação das condições e emissão	17/12/2018	🤔	*30 dias após convocação*
14. Manifestação do TCU – IN TCU 27/1998	19/12/2018	😡	*Ponto de atenção devido à complexidade das análises requeridas e o precedente Distribuidoras, quando TCU exigiu mais prazo antes de se manifestar.*
15. Assinatura de contrato entre Eletrobras e União	21/12/2018	🤔	*Evento que torna o processo irreversível sob a ótica de decisão do Acionista Minoritário (União não vota).*
FASE 3: EMISSÃO DE AÇÕES			
16. Segregação de ativos Itaipu e Eletronuclear	-		
17. Efetivação das negociações com bancos e credores			
18. Contratação de sindicato de bancos, road show etc			
19. Estruturação da Emissão Garantida (bookbuilding)			
20. Realização da emissão primária			
21. Assinatura dos novos contratos de concessão e pagamento da outorga			

Comentários Gerais:

- *O projeto está dependendo da aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 9.643, de 2018.*
  - *Decreto nº 9.351: contratação de estudos apenas após aprovação do PL.*
  - *Decreto nº 9.375: altera o Decreto 9.351, de 2018, para permitir publicação do Edital e realização do Pregão pelo BNDES.*
  - *Publicada Portaria MME nº 140/2018: Grupos de Trabalho Processo Eletrobras.*
  - *Envio de Avisos solicitando a indicação dos membros que integrarão a estrutura de governança*
  - *Encerrado prazo em 23/05/18 de apresentação de emendas a substitutivo Dep. Aleluia (181 emendas) que deverá apresentar novo relatório da Comissão Mista*
  - *Governança conforme segue:*



Desafio 4 - Tarifa Justa

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO** **Tarifa Justa**	**Objetivo: - Proporcionar condições de maior protagonismo do Consumidor na gestão da sua conta de energia elétrica.**	
	Responsável: *Ildo Grudtner*	**Atualização:** *25/05/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
1. Apresentação da Minuta do Plano de Ação aos atores envolvidos em sua concepção, objetivando consolidação de contribuições.	24/05/2018	🙂	*O prazo para encaminhamento de contribuições e consolidação do Plano é 30/05/2018.*
2. Aprovação do Plano junto às instâncias competentes.	06/06/2018	🤔	*SECEX e GM*
3. Edição de Portaria Ministerial com o Plano de Ação aprovado.	08/06/2018	🤔	*GM*
4. Ações de Comunicação.		🤔	*Iniciar ações até 30/06/2018.*
5. Ações de Financiamento.		🤔	*Iniciar ações até 30/06/2018.*
6. Ações Regulatórias focadas no protagonismo do Consumidor.		🤔	*Iniciar ações até 30/06/2018.*

7. Redução de Encargos da CDE (consoante Consulta Pública 45).	31/07/2018	🤔	*Entregar Relatório até 31/07/2018*

Comentários Gerais:

A Minuta do Plano de Ação foi encaminhada via email da SEE, em 25/05/18, aos atores envolvidos.

Desafio 5 - Projeto SGM - Modernização da Indústria Mineral

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **Modernização da Indústria Mineral Brasileira**	**Objetivo**: *proporcionar a atração de investimentos, a melhoria do ambiente de negócios, a recuperação da credibilidade e garantir a segurança jurídica do setor mineral brasileiro*	
	Responsável: *Vicente Lobo*	**Atualização:** *25/05/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
1. Edição de decreto de instalação e aprovação da estrutura regimental da ANM	31/05/2018	🤔	*Projeto de decreto na Casa Civil para publicação.*
2. Edição de decreto de Emolumentos e Análise de Impacto Regulatório - AIR.	31/05/2018	🙂	*Projeto de decreto no Gabinete do Ministro*
3. Edição de decreto sobre distribuição da CFEM	30/06/2018	🙂	*Projeto de decreto encaminhado para o Ministério da Fazenda, para posterior envio à Casa Civil,*
4. Edição de decreto de redução da alíquota do Ferro	18/03/2018	😡	*Projeto de decreto na Casa Civil desde do início de março para publicação.*
5. Edição de decreto para regulamentação do Código de Mineração – Decreto-Lei nº 227/1967.	30/06/2018	🤔	*Projeto de decreto na Casa Civil para publicação.*
6. PL do Senado 398/2014 - Mineração em Faixa de Fronteira	31/07/2018	🙂	*Em tramitação*
7. Sabatina dos diretores indicados para a ANM	28/05/2018	😡	*A indicação dos nomes ainda não foi lida em Plenário*

Comentários Gerais:
Na ação de Mineração de Fronteira, a SGM/MME sugere apresentação de emenda aditiva para (i) o afastamento de exigência de 51% do capital ser de brasileiros, igualdade de tratamento entre o capital nacional e o estrangeiro

Desafio 6 - Leilões de Geração

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **Programa de Modernização do Setor Elétrico** **Leilões de Geração - A-6/2018 e LEE/2018**	**Objetivo**: *promover a realização dos leilões de .*	
	Responsáveis: *Moacir Bertol / Ildo*	**Atualização:** *25/05/18*

Atividades / Etapas	A-6/2018 Prazo	Status	LEE/2018 Prazo	STATUS	Comentários
1. Publicação da Portaria de Sistemática do certame	Concluída				*Publicada em 15/05/18*
2. Abertura da Audiência Pública do Edital, pela ANEEL	Concluída				*Abertura promovida na reunião do dia 15/05/18*
3. Cadastramento e habilitação técnica pela EPE	18/05/18				
4. Definição do preço-teto dos produtos	27/07/18				
5. Ofício do MME para a Aneel referente ao Preço-Teto	01/08/18				
6. Publicação do Edital	01/08/18				
7. Publicação da Garantia Física	16/08/18				
8. Inserção dos parâmetros do MME no Sistema	29/08/18				
9. Realização do certame	31/08/18				

Comentários Gerais:

- *Publicada Portaria MME nº/159 com a sistemática do Leilão A-6. Foram definidos três produtos: dois na modalidade por quantidade de energia elétrica para empreendimentos de geração oriundos de fonte hidrelétricas com prazo de suprimento de trinta anos e de fonte eólica com prazo de suprimento de vinte anos, e outro na modalidade por disponibilidade de energia elétrica para empreendimentos de geração oriundos de fonte termelétrica à biomassa, carvão e gás natural com prazo de suprimento de vinte e cinco anos.*

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **Programa de Modernização do Setor Elétrico** **Leilões de Transmissão**	**Objetivo**: Promover a realização dos leilões de transmissão nºs 02/2018 e 04/2018	
	Responsável: *Moacir Bertol*	**Atualização:** *25/05/2018*

Atividades / Etapas	Leilão nº 2/2018 **Prazo**	**Status**	Leilão nº 4/2018 **Prazo**	**Status**	**Comentários**
1. Entrega dos Relatórios à ANEEL (R1, R2, R3, R4 e R5)	Concluído	🙂	30/06/2018	🤔	
2. Entrega do Ato Justificatório ao TCU	Concluído	🙂		🤔	*Aprovação do TCU*
3. Reunião de Diretoria ANEEL– Audiência Pública	Concluído	🙂		🤔	
4. Audiência Pública ANEEL	Concluído	🙂		🤔	
5. Reunião de Diretoria ANEEL– Aprovação do Edital	Concluído	🙂		🤔	

6. Publicação do Edital pela ANEEL	Concluído	🙂		🤔	
7. Sessão Pública do Leilão	28/06/2018	🙂	Dezembro/2018	🤔	
8. Assinatura dos Contratos de Concessão	28/09/2018	🙂		🤔	

Comentários Gerais:

- Realizada reunião de acompanhamento dos Projetos Estratégicos em 16 de maio.

Leilão nº 4/2018 em programação

Desafio 7 - Gás para Crescer

Ministério de Minas e Energia **Gás para Crescer**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: *programa do Governo Federal para estimular um mercado de gás natural com diversidade de agentes, liquidez, competitividade, acesso à informação e boas práticas, e que contribua para o desenvolvimento do País.*
		Responsável: *Symone C. S. Araujo* / **Atualização:** *24/05/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
10. Aprovação do projeto de lei contendo novo desenho do mercado de gás natural a partir com as propostas da iniciativa Gás para Crescer	Até 31/10/2018		*Desejável aprovação do projeto de lei com as propostas da iniciativa Gás para Crescer até a transição do Governo*
a. Articulação com parlamentares e agentes da indústria do gás natural	Até 31/10/2018		*Participação dos debates do PL no Congresso. Atividade de caráter contínuo para discussão de propostas da iniciativa Gás para Crescer*
b. Identificação dos atos infralegais necessários para a regulamentação da lei aprovada	Após aprovação do PL		*Os atos infralegais dependem da redação final da lei que for aprovada no Congresso Nacional, quando será feita a estimativa de esforço necessário para sua regulamentação*
c. Realização de consulta pública dos atos infralegais	Após aprovação do PL		*A realização de consultas públicas serão realizadas em cumprimento às diretrizes previstas na Resolução CNPE nº 10/2016*
d. Remessa das minutas de atos infralegais para a Casa Civil	Após aprovação do PL		*SPG/CONJUR/GM-MME*
11. Avaliação de medidas infralegais para implementação de propostas da iniciativa Gás para Crescer	15/06/2018		*Discussões com as áreas técnicas do MME*
a. Interação com as partes interessadas	15/07/2018		*Discussões com órgãos governamentais, agentes privados e associações*

b. Conclusão da proposta de regulamentação	30/07/2018	🙂	*Áreas técnicas do MME*
c. Remessa das minutas dos atos infralegais para a Casa Civil	15/08/2018	🙂	*SPG/CONJUR/GM-MME*
12. Aperfeiçoamento das Regras Tributárias		🤔	*Discussões com a RFB/MF e CONFAZ*
13. Elaboração de medidas infralegais para a Integração entre os Setores Elétrico e de Gás Natural		🤔	*Áreas técnicas do MME, EPE, ANP, ANEEL, agentes de mercado e associações*

Comentários Gerais:

- *As propostas da iniciativa Gás para Crescer foram incorporadas, em 2017, no substitutivo do PL nº 6.407/2013, ao qual está apensado o PL nº 6.102/2016. O substitutivo foi lido na Comissão de Minas e Energia em 12/2017, porém não foi votado. Com a nova constituição da Comissão de Minas e Energia em 2018, houve designação de novo relator para os PLs, com quem há tratativas para dar continuidade às propostas, com aprimoramento para reduzir conflitos.*

- *A tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional ocorrerá em paralelo com a avaliação das medidas infralegais, com participação e interlocução das equipes do MME.*

- *Em relação ao aperfeiçoamento das regras tributárias, já houve a aprovação, pelo Confaz, do Ajuste SINIEF nº 03/18, de 3/4/2018, que concede tratamento diferenciado às operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio de gasoduto. Está em andamento a elaboração dos atos complementares para esse Ajuste SINIEF.*

- *Em relação à integração entre os setores elétrico e de gás natural, algumas medidas discutidas no âmbito da iniciativa Gás para Crescer já foram implementadas, com aplicação nos Leilões de Energia de 2017.*

- *Com o novo desenho proposto pela iniciativa Gás para Crescer, o mercado de gás natural no Brasil tem potencial para triplicar até 2030, atraindo investimentos de até R$ 50 bilhões.*

Desafio 8 - Rodadas de Licitação

Ministério de Minas e Energia **Rodadas de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: *ofertar as áreas de Itaimbezinho, Três Marias, Dois Irmãos e Uirapuru na 4ª Rodada e as áreas de Saturno, Pau-Brasil, Titã e Sudoeste de Tartaruga Verde na 5ª Rodada de Partilha de Produção.*
	Responsável: Clayton de Souza Pontes	**Atualização:** *24/05/2018*

Atividades / Etapas	4ª Rodada Prazo	Status	5ª Rodada Prazo	Status	Comentários
1. Publicação da resolução do CNPE que autoriza a realização da rodada	Concluído	☺	Concluído	☺	
1. Manifestação da Petrobras sobre o direito de preferência	Concluído	☺	Até 30/05/2018	☺	
2. Publicação do pré-edital e das minutas de contrato de partilha de produção e disponibilização do pacote de dados técnicos	Concluído	☺	Até 15/06/2018	☺	
3. Prazo final para contribuições ao pré-edital e às minutas de contrato de partilha de produção e término da consulta pública	Concluído	☺	Até 26/06/2018	☺	
4. Audiência Pública	Concluído	☺	Até 13/07/2018	☺	
5. Publicação do edital e dos modelos de contrato de partilha de produção	Concluído	☺	Até 30/07/2018	☺	
6. Seminários Técnico, Ambiental e Jurídico-fiscal	Concluído	☺	Até 10/08/2018	☺	
7. Fim do prazo para entrega dos documentos de manifestação de interesse, qualificação e pagamento da taxa de participação	Concluído	☺	Até 10/09/2018	☺	

8. Data-limite para apresentação das garantias de oferta	22/05/2018	🙂	Até 12/09/2018	🙂	
9. Sessão pública de apresentação de Ofertas	07/06/2018	🙂	27/09/2018	🙂	

Comentários Gerais:

- ***O Governo estima arrecadar 3,2 bilhões de reais com esta 4ª Partilha e 6,8 bilhões de reais com a 5ª Rodada de Partilha, totalizando R$ 10 bilhões em bônus de assinatura no ano de 2018****:*

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **Rodada de Licitações de Blocos na modalidade de Oferta Permanente, sob o Regime de Concessão, a iniciar em 2018**	**Objetivo**: *oferta contínua de campos devolvidos (ou em processo de devolução) e de blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à Agência, em cumprimento ao disposto na Resolução CNPE nº 17/2017.*	
	Responsável: Clayton de Souza Pontes	**Atualização:** *24/05/2018*

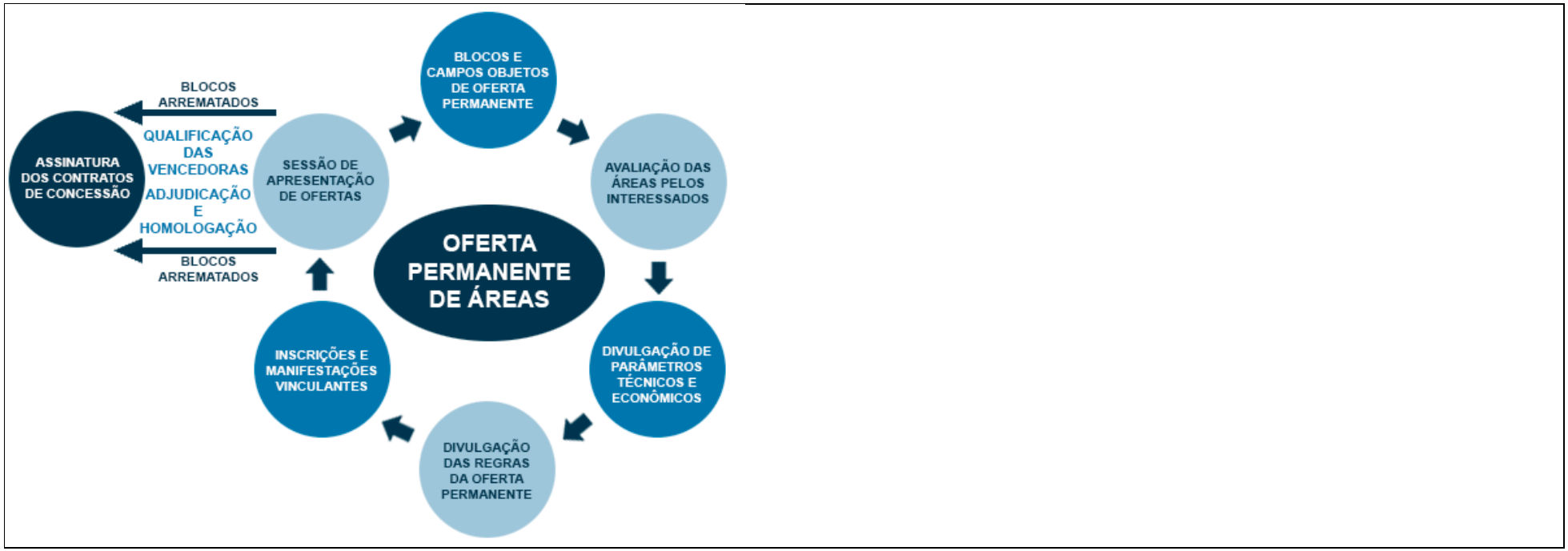
Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
1. Divulgação dos blocos e das áreas com acumulações marginais	30/11/2017	☺	*Etapa Concluída*
2. Avaliação das áreas e blocos pelos agentes interessados	A partir de 30/11/2017	☺	*Etapa Concluída*
3. Divulgação das regras para realização e participação na oferta permanente	27/04/2018	☺	*Etapa Concluída*
4. Divulgação dos parâmetros técnicos e econômicos das áreas e blocos	27/04/2018	☺	*Etapa Concluída*
5. Início das inscrições	02/05/2018	☺	*Etapa Concluída*
6. Início do prazo de apresentação de garantia de oferta acompanhada de declaração de interesse	A partir de 05/07/2018	☺	*A CEL divulgará as datas de inscrição e pagamento de taxa de participação, apresentação de garantias de oferta acompanhadas de declaração de interesse*
7. Apresentação de ofertas	A partir de 20/11/2018	☺	*Realização da sessão pública de apresentação de ofertas*

Comentários Gerais:

- ***O processo consiste na oferta contínua de campos devolvidos (ou em processo de devolução) e de blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à Agência:***
    - *A primeira etapa da Oferta Permanente oferecerá 884 blocos em 14 bacias, totalizando 345.882,877 km².*

- *São ofertados 722 blocos distribuídos nas bacias terrestres do Amazonas, Espírito Santo, Paraná, Parnaíba, Potiguar, Recôncavo, São Francisco, Sergipe-Alagoas e Tucano. E 162 blocos nas bacias marítimas de Campos, Ceará, Pará-Maranhão, Potiguar, Santos e Sergipe-Alagoas.*
- *Os blocos selecionados para avaliação da indústria atendem a diferentes perfis de empresas.*
- *Inicialmente, estava prevista a oferta de 838 áreas em 12 bacias. Conforme deliberação da Diretoria Colegiada da ANP, na Reunião de 11/04/2018, foram incluídos os 46 blocos não arrematados na 15ª Rodada de Licitações, realizada em 29 de março de 2018.*
- *Os cronogramas dos novos ciclos da Oferta Permanente serão publicados pela ANP na página da Agência na Internet.*

- ***Diagrama esquemático que sintetiza o processo de Oferta Permanente de áreas**:*



Desafio 9 - Cessão Onerosa

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **Revisão do Contrato da Cessão Onerosa**	**Objetivo**: *Concluir a revisão do contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a União e a Petrobras, que trata da outorga de produção de até 5 bilhões de barris de petróleo em blocos selecionados na Bacia de Santos, em área do Pré-sal.*	
	Responsável: João Vicente de C. Vieira	**Atualização:** *24/05/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
12. Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010 – Cessão Onerosa	30/06/2010	🙂	*Etapa Concluída*
13. Comunicação inicial para início do processo de revisão	01/12/2013	🙂	*Etapa Concluída*
14. Declaração de Comercialidade dos campos descobertos	01/12/2014	🙂	*Etapa Concluída*
15. Acórdão nº 354/2016-TCU sobre negociação do contrato	15/02/2016	🙂	*Etapa Concluída*
16. Definição de cláusulas de Conteúdo Local	13/10/2017	🙂	*Etapa Concluída*
17. Estabelecimento da Comissão Interministerial para a revisão	15/01/2018	🙂	*Etapa Concluída*
18. Conclusão de laudos técnicos das certificadoras D&M e GCA	15/02/2018	🙂	*Etapa Concluída*
19. Conclusão dos trabalhos da Comissão Interministerial	17/05/2018	😡	*Discussão complexa, envolvendo vários órgãos de governo, a Petrobras e órgãos de controle. Após a conclusão da parte técnica, as negociações seguem em nível mais elevado, com apoio da AGU.*
20. Assinatura do aditivo ao contrato de Cessão Onerosa	29/05/2018	😡	*Os valores elevados envolvidos e os diversos cenários de execução e custos, o acompanhamento pelos minoritários da Petrobras e pelos órgãos de controle do*

			governo poderão demandar forte esforço para a definição do aditivo.
21. Leilão do volume excedente da Cessão Onerosa	15/12/2018		*Depende da conclusão da revisão e de negociação do formato futuro contrato*

Comentários Gerais:

- *O contrato de Cessão Onerosa tem prazo de vigência de 40 anos, prorrogáveis por até 5 anos sob condições específicas.*
- *Valor do Contrato: R$74.807 milhões.*

Serão revistos: valor do contrato; volume máximo, prazo de vigência e percentuais mínimos de conteúdo local

Desafio 10 - Renovabio

Ministério de Minas e Energia **RenovaBio**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: *Formulação e implementação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) - Lei nº 13.576/2017.*
		Responsável: Miguel Ivan Lacerda de Oliveira
		Atualização: *25/05/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
1. Diretrizes estratégicas do RenovaBio	05/05/2017		*Atividade concluída.*
1.1. Realizar reuniões com agentes públicos e privados	10/02/2017		*Atividade concluída.*
1.2. Elaborar Diretrizes Estratégicas do RenovaBio	14/12/2016		*Atividade concluída.*
1.3. Divulgar as diretrizes estratégicas	05/05/2017		*Atividade concluída.*
2. Proposição do marco legal do RenovaBio	07/07/2017		*Atividade concluída.*
2.1. Detalhar os eixos estratégicos do RenovaBio	06/06/2017		*Atividade concluída.*
2.2. Elaborar Minuta do Marco Legal do RenovaBio	07/07/2018		*Atividade concluída.*
3. Eixos estratégicos do RenovaBio	29/06/2018		*Atividade em andamento.*
3.1. Modelo econômico	29/06/2018		*Atividade em andamento.*
3.2. Ciclo de vida	29/06/2018		*Atividade em andamento. Proposta de Resolução ANP em Consulta Pública entre 11 a 25/5/2018. Data*

			da Audiência Pública: 5/6/2018. Edição da Resolução até o final de junho/2018.
3.3. Regulação	29/06/2018		*Atividade em andamento. Concluída a Consulta Pública sobre as metas em 22/6/2018. O Comitê RenovaBio deliberou sobre a proposta de meta a ser encaminhada ao CNPE, que deverá deliberar sobre a meta na reunião de 5/6/2018.*
3.4. CBio	29/06/2018		*Atividade em andamento.*

Comentários Gerais:

- *Tratativas mais recentes do projeto:*
    - *O Comitê RenovaBio, com os inputs da Consulta Pública encerrada em 22/5/2018, deliberou em 24/5/2018 sobre a proposta de Metas de Descarbonização a ser enviada para o CNPE, que deverá deliberar sobre a edição de Resolução na reunião de 5/6/2018.*
    - *Proposta de Resolução ANP sobre a Avaliação do Ciclo de Vida em Consulta Pública entre 11 a 25/5/2018. Data da Audiência Pública: 5/6/2018. Edição da Resolução até o final de junho/2018.*

Diversas reuniões para desenvolvimento do eixo financeiro (CBio) em andamento.

Atas 6º Ciclo:

Ata 6º Ciclo RAE

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA – RAE – 6º CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
19/06/2018 15h00	Sala de Reunião Plenária /MME	**GM**

PARTICIPANTES

1. Min. Moreira Franco
2. Márcio Félix – SE
3. Wanderley Uchoa – Chefe de Gabinete
4. Ramos – Chefe de Gabinete Substituto
5. Renata Isfer – CONJUR
6. Edvaldo Risso – SE Adjunto
7. Ricardo Brandão – SE
8. Igor Walter – SE
9. Marco Aurélio – AEGE
10. Guilherme Syrkis – SE
11. Marisete Fátima Dadald – ASSEC
12. Vicente Lobo – SGM
13. Maurícyo Correa – SGM Adjunto
14. Eduardo Azevedo – SPE
15. Moacir Bertol – SPE Adjunto
16. Ildo Grudtner – SEE
17. Domingos Andreatta – SEE Adjunto
18. João Vicente – SPG
19. Marlon Arraes – SPG
20. Symone Araujo – SPG

REUNIÃO DE AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA - RAE – 6º CICLO

OBJETIVO

Acompanhamento dos Projetos Estratégicos do MME.

4. Reunião realizada em 19/06/2018, contou com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Wellington Moreira Franco, do Secretário Executivo Sr. Marcio Félix, do Secretário Executivo Adjunto Sr. Edvaldo Risso e de todos os Secretários do MME.

5. A abertura da reunião foi conduzida pelo Secretário Executivo, o qual fez breve exposição sobre o andamento dos projetos prioritários e em seguida, passou a

palavra aos gerentes dos Desafios 2018, ou sejam, 11 projetos prioritários elencados pelo Sr. Ministro para um acompanhamento sistemático/semanal por parte dos respectivos gerentes.

6. Os projetos são os seguintes:

3.1) Modernização da Indústria Mineral Brasileira (Vicente Lobo – SGM)

3.2) Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras (Ágnes Aragão – ASSEC)

3.3) Modernização da Eletrobrás (Marisete Dadald – ASSEC)

3.4) Tarifa Justa (Ildo Grudtner – SEE)

3.5) Medidas Infralegais (Igor Walter – SE)

3.6) Leilões de Energia de Geração e Transmissão (Moacir Bertol – SPE)

3.7) Revisão do Marco Legal do Setor Elétrico (Ricardo Brandão – SE)

3.8) Renegociação do Contrato da Cessão Onerosa com a Petrobrás (João Vicente Vieira - SPG)

3.9) Rodadas de Licitação de Óleo e Gás (Clayton Pontes – SPG)

3.10) Gás para Crescer (Symone Araújo – SPG)

3.11) Renovabio (Miguel Ivan de Oliveira – SPG)

7. As fichas atualizadas dos projetos em 18/06/2018, expõem sinteticamente a situação de cada projeto.

8. Os gerentes expuseram com detalhes a situação atual de cada projeto, apontando o status e as dificuldades a serem superadas a curto prazo.

9. O projeto Luz do Sol que estava incluído em ações previstas no projeto Tarifa Justa, conforme entendimento nessa reunião, deverá se constituir em 1 projeto independente, devendo a ser ampliado, incluindo, também, energias de Pequenas Centrais Hidrelétricas e outras fontes renováveis. Com essa medida os projetos passarão a ser em número de 12.

10. O Sr. Secretário Executivo elogiou a constância do recebimento das fichas sínteses dos projetos, atualizadas nas sextas-feiras.

11. Após as apresentações, o Sr. Ministro disse que pretende convocar reuniões específicas sobre alguns projetos, para esclarecimentos mais detalhados, bem como a definição de orientações, que possam acelerar a obtenção de resultados.

12. Encerrou-se a reunião, às 16:10h.

Desafios 6º Ciclo 2018:

Desafio 1 - Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO** **Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras**	**Objetivo**: *Promover a licitação de concessões de distribuição associada à transferência de controle das 6 distribuidoras da Eletrobras (Amazonas D, CERON, Eletroacre, Boa Vista Energia, CEAL e CEPISA) – Lei 12783, art. 8º § 1ª-A*	
	Responsável: *Agnes da Costa*	**Atualização:** *15/06/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
22. Manifestação do TCU sobre os estudos de avaliação e modelagem	30/05/2018	🙂	*Acórdão 1199/TCU – Deliberado em 30/05/2018, aprovou o processo com algumas determinações.*
23. Envio de PL ao Congresso – MP 814	30/05/2018	🙂	*Mensagem 305 no DOU de 1/6/2018 – Regime de urgência solicitado pelo PR – PL 10332/2018.*
24. Resolução CPPI nº 36/2018	14/06/2018	🙂	*Cumpre determinações do TCU.*
25. Portaria MME nº 246 – altera prazo de prestação de serviço	15/06/2018	🙂	*Publicado no DOU de 15/6/2018, pg. 64.*
26. Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND	15/06/2018	🙂	*Publicado no DOU de 15/6/2018, pg. 129.*
27. Eletrobras - Instrução de processo para aprovação do novo prazo para transferência de controle, para convocação de AGE.	18/06/2018	😡	*Eletrobras avalia cronograma com o PL 10332/2018 encaminhado – necessárias as Portarias de Designação. Originalmente Eletrobras informara que precisava de 30 dias (pretendia iniciar em 04/06/18)*
28. Convocação AGE Eletrobras para alteração de prazo transferência de controle (limite)	27/06/2018	🤔	*Prazo estabelecido na 170ª AGE, de 8/2/2018: 31/07/2018*
29. Entrega de propostas pelos proponentes	19/07/2018	🤔	*Aprovação do PL traz maior segurança jurídica e competição no leilão, necessário despacho da ANEEL sobre desverticalização para manutenção da AmE no leilão.*

30. Realização do Leilão	26/07/2018	🙂	
31. Assembleia Eletrobras - Deliberação prazo transferência de controle (limite)	30/07/2018	🤔	
32. Homologação do Leilão pelo BNDES	20/09/2018	🙂	
33. Transferência de controle / Assinatura do Contrato de Concessão	31/10/2018	🙂	*Após anuência ANEEL e CADE*

Comentários Gerais:

- *Tratativas mais recentes do projeto:*
  - *1/6/2018: TCU aprovou o processo em 30/05/2018, por meio do Acórdão 1199/2018. A decisão trouxe determinações sobre Ativos Imobilizados em Curso e Desverticalização da Amazonas Energia que constarão em Edital.*
  - *1/6/2018: encaminhado pela Casa Civil ao Congresso Nacional proposta de PL sobre as distribuidoras, em regime de urgência. Mensagem 305, DOU 1/6/2018 – PL 10332/2018, em regime de urgência.*
  - *Desverticalização da Amazonas Energia concluída – respeitado o prazo de 30/04/2018.*
    - *Aguardando assinatura da Cigás;*
    - *Eletrobras avalia manutenção do processo – Concatenação do contrato de gás no PL 10332/2018.*
    - *Avaliação da efetividade do PL para concatenação de contratos – não tornar AmE-GT onerosa*
  - *Tendo em vista o avanço de prazo das análises do TCU, já está sendo avaliado junto à Eletrobras os prazos necessários para alteração de data-limite para transferência do controle acionário, que atualmente consta em decisão da 170ª Assembleia de Acionistas da Eletrobras como 31/7/2018.*
  - *Realização de reunião entre MME, MF, MPDG e SPPI em 25/05/2018: mantido entendimento de colocar as 6 distribuidoras para leilão, prevendo em edital possibilidade de datas distintas.*
  - *Foram realizadas reuniões em 1/6/2018 e 4/6/2018 com MME, SPPI, MPDG, BNDES e ELB para avaliação das determinações do TCU e dos prazos para o leilão.*
  - *Em 5/6/2018, Sindicatos dos Trabalhadores das distribuidoras conseguiram liminar na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, que suspende o processo de desestatização das companhias.* ***Liminar suspensa em 11/06/18****, permitindo publicação de portaria e edital.*
  - *Em 8/6/2018: Eletrobras enviou correspondência que permite colocar Amazonas no leilão haja vista não haver fatos novos sobre decisão societária*
  - *Em 11/06/2018: Eletrobras foi informada por meio do Ofício nº 209/2018/SE-MME da intenção do MME de publicar portaria prorrogando prazo de designação.*
  - *Em 13/06/2018: foi realizada reunião com MME, MF, MPDG, SPPI e ELB sobre alteração da Portaria MME nº 388 para prever neutralidade econômica para o novo período de designação.*
  - *Em 14/06/2018: foi publicada a Resolução CPPI nº 36, de 12 de junho de 2018, contendo correções em valores relativos à CERON e alteração na disposição relativa à desverticalização da Amazonas Distribuidora, que deve ser realizada de acordo com as condições estabelecidas pela ANEEL.*
  - *Em 15/06/2018: foi publicada a Portaria MME nº 246, de 12/06/2018, altera prazo de prestação de serviço para 31/12/2018.*
  - *Em 15/06/2018: foi publicado o Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND pelo BNDES.*

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **Programa de Modernização do Setor Elétrico** **Projeto: Medidas Infra Legais**	**Objetivo**: *Aumentar o poder de escolha do consumidor.*	
	Responsável: *Igor Walter*	**Atualização:** *15/06/18*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
14. Reflexão sobre o Marco Legal do Setor Elétrico	10/06/18		*Debate sobre o setor elétrico brasileiro*
15. Participação dos debates da reforma do Setor Elétrico na Comissão Especial do Congresso Nacional	31/10/18		*Atividade contínua (em coordenação com Projeto do Marco Legal)*
16. Identificação de medidas infra legais prementes	15/06/18		*Discussão com áreas técnicas MME*
17. Interlocução com instituições governamentais	15/07/18		*Discussão setorial (ANEEL, EPE, CCEE, ONS)*
18. Interlocução com agentes setoriais	15/07/18		*Discussão setorial (Agentes e Associações)*
19. Conclusão Proposta Regulamentação	30/07/18		*Áreas técnicas MME*
20. Envio Regulamentação para Casa Civil	15/08/18		SE / CONJUR / GM (MME)
21. Publicação da Regulamentação pela Casa Civil	30/09/18		Necessidade de Audiência Pública[2]
22. Revisão e Atualização de Atos Infra Legais	Após aprovação PL		Eventuais alterações decorrentes do processo legislativo

Comentários Gerais:

- *A revisão da proposta do PL decorrente da reunião de 24/04/18 não será submetida ao Congresso Nacional. A nova estratégia consiste na elaboração de medidas infra legais cabíveis, derivadas do PL revisado e outras medidas identificadas no bojo dos demais Projetos.*
- *As medidas devem: (i) aumentar o poder de escolha do consumidor; (ii) serem passíveis de regulamentação; (iii) não se tratar de medidas polêmicas.*
- *A tramitação do projeto original na Comissão Especial do Congresso Nacional ocorrerá em paralelo, com participação e interlocução das equipes do MME.*

[2] Nos termos do Decreto nº 9.191/2017.

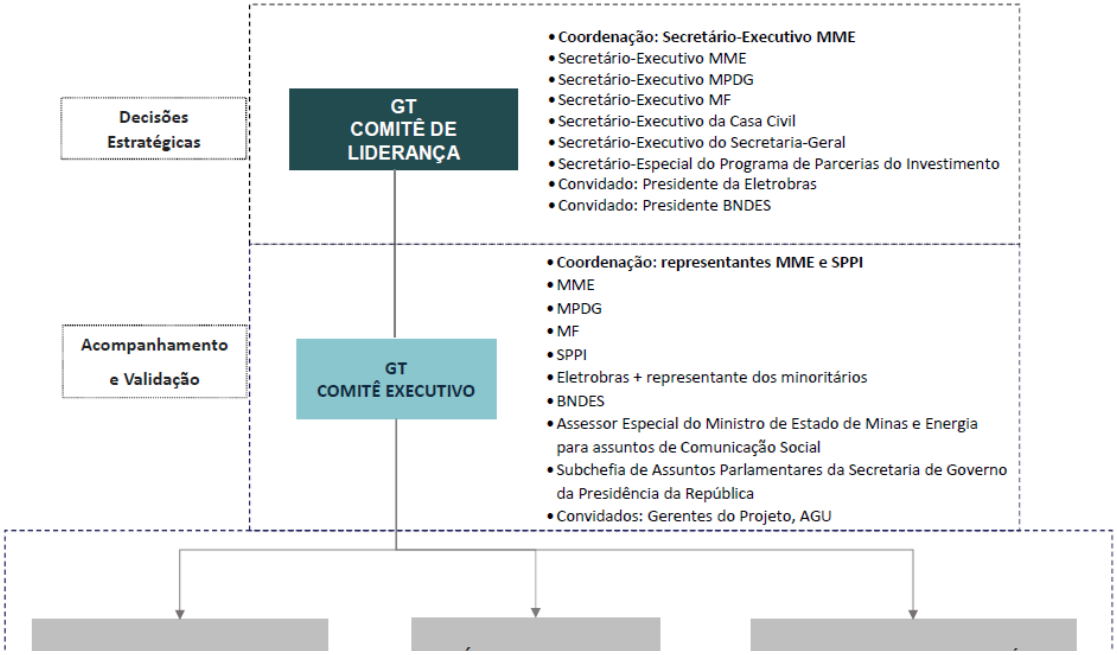
Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO** **Modernizacão da Eletrobras**	**Objetivo**: *promover a capitalização por meio de emissão primária de ações*	
	Responsável: *Marisete Dadald*	**Atualização:** *15/06/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
FASE 1: PRÉ-APROVAÇÃO DO PL			
22. Aprovação da abertura do pregão para seleção de consultores pela Diretoria do BNDES	15/05/2018	🙂	*Publicação do Edital está condicionada à alteração do Decreto 9351.*
23. Alteração do Decreto n° 9.351/2018	16/05/2018	🙂	*Decreto 9375: permite a publicação do Edital pelo BNDES*
24. Publicação do Edital do pregão	17/05/2018	🙂	*Pregão 19/2018 – disponível no site BNDES.*
25. Pregão realizado	12/06/2018	🙂	*A efetiva contratação está condicionada à conversão do PL 9643/18.*
26. Deliberação da Diretoria do BNDES	17/07/2018	🙂	
27. Homologação do resultado para contratação dos consultores	18/07/2018	🙂	
FASE 2: ESTUDOS			
28. Aprovação pelo Congresso Nacional – PL n° 9.643/2018	17/07/2018	🤔	*Aprovação no último dia antes do recesso do Congresso Nacional. Não considera os 15 dias úteis da sanção presidencial.*
29. Contratação dos Estudos – Assinatura do Contrato	24/07/2018	🤔	*7 dias após a aprovação do PL 9643.*
30. Entrega dos estudos e modelagem pelo BNDES	24/09/2018	🤔	*60 dias para realização dos estudos*
31. Resolução PPI – Modelagem e ajustes	15/10/2018	🤔	*BNDES solicita 30 dias para aprovação dos estudos e emissão Resolução CPPI(Considerado 21 dias)*
32. Envio das informações para o TCU	16/10/2018	🤔	*Atendimento a IN 27/1998*
33. Deliberação pela Diretoria e Conselho de Administração da Eletrobras: aprovação da modelagem e convocação de AGE.	16/11/2018	🤔	*30 dias para instrução interna e deliberação pelos colegiados (possuem prazo mínimo de análise)*

34. Assembleia Geral de Acionistas para aprovação das condições e emissão	17/12/2018	🤔	*30 dias após convocação*
35. Manifestação do TCU – IN TCU 27/1998	19/12/2018	😡	*Ponto de atenção devido à complexidade das análises requeridas e o precedente Distribuidoras, quando TCU exigiu mais prazo antes de se manifestar.*
36. Assinatura de contrato entre Eletrobras e União	21/12/2018	🤔	*Evento que torna o processo irreversível sob a ótica de decisão do Acionista Minoritário (União não vota).*
FASE 3: EMISSÃO DE AÇÕES			
37. Segregação de ativos Itaipu e Eletronuclear	-		
38. Efetivação das negociações com bancos e credores	-		
39. Contratação de sindicato de bancos, road show etc	-		
40. Estruturação da Emissão Garantida (bookbuilding)			
41. Realização da emissão primária	-		
42. Assinatura dos novos contratos de concessão e pagamento da outorga	-		

Comentários Gerais:

- *O projeto está dependendo da aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei n° 9.643, de 2018.*
  - *Decreto n° 9.351: contratação de estudos apenas após aprovação do PL.*
  - *Decreto n° 9.375: altera o Decreto 9.351, de 2018, para permitir publicação do Edital e realização do Pregão pelo BNDES.*
  - *Publicada Portaria MME n° 140/2018: Grupos de Trabalho Processo Eletrobras.*
    - *Enviados Avisos solicitando a indicação dos membros que integrarão a estrutura de governança*
  - *Encerrado prazo em 23/05/18 de apresentação de emendas a substitutivo Dep. Aleluia (181 emendas) que deverá apresentar novo relatório da Comissão Mista.*
    - *Foram disponibilizadas informações sobre CEPEL e PISF para MF tratar sobre emendas como Dep. Aleluia.*
- *Ocorreu em 15/06/2018 apresentação para o TCU do status do projeto Eletrobras em função da análise de primeiro estágio do processo nessa Corte.*
  - *Governança conforme segue:*



Ministério de Minas e Energia **PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO** **Tarifa Justa**	***Desafios 2018***	**Objetivo: - Proporcionar condições de maior protagonismo do Consumidor na gestão da sua conta de energia elétrica.**
	Responsável: *Ildo Grudtner*	**Atualização:** *15/06/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
4. Apresentação da Minuta do Plano de Ação aos atores envolvidos em sua concepção, objetivando consolidação de contribuições.	24/05/2018	🙂	*O prazo para encaminhamento de contribuições e consolidação do Plano foi 30/05/2018. Em 01/06/2018 continuamos aguardando contribuições/comentários do Plano de Ação para dar continuidade ao planejado.*
5. Análise das contribuições encaminhadas pelos atores envolvidos.	05/06/2018	🙂	*SEE/DGSE. Analisar contribuições e elaborar proposta de Plano de Ação consolidado. Em 15/06/2018 concluída apreciação do assunto no âmbito da SEE. Marcada reunião para 19/06/2018, às 15h, no âmbito do Comitê de Riscos e Controles, para apresentação do Plano de Ação, para validação.*
6. Aprovação do Plano junto às instâncias competentes.	06/06/2018	🤔	*SEE, SECEX e GM. Marcada reunião para validação do Plano para 19/06/2018.*
7. Edição de Portaria Ministerial com o Plano de Ação aprovado.	08/06/2018	🤔	*GM. Aguardando andamento do item 3 acima.*
4. Ações de Comunicação.		🤔	*Iniciar ações até 30/06/2018.*
5. Ações de Financiamento.		🤔	*Iniciar ações até 30/06/2018.*
6. Ações Regulatórias focadas no protagonismo do Consumidor.		🤔	*Iniciar ações até 30/06/2018.*
7. Redução de Encargos da CDE (consoante Consulta Pública 45).		🤔	*Entregar Relatório até 15/07/2018*

Comentários Gerais: A Minuta do Plano de Ação foi encaminhada via email da SEE, em 25/05/18, aos atores envolvidos. As atividades/etapas inerentes ao Projeto Luz do Sol estão contidas na Minuta do Plano de Ação encaminhado para comentários/contribuições dos atores envolvidos. Uma vez aprovado o Plano e formalizado em Portaria Ministerial, as respectivas ações serão cronogramadas e registradas na presente planilha.

Ministério de Minas e Energia **Desafios 2018** **Modernização da Indústria Mineral Brasileira**	**Objetivo**: *proporcionar a atração de investimentos, a melhoria do ambiente de negócios, a recuperação da credibilidade e garantir a segurança jurídica do setor mineral brasileiro*	
	Responsável: *Vicente Lobo*	**Atualização:** *15/06/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
4. Edição de decreto de instalação e aprovação da estrutura regimental da ANM	31/05/2018	🤔	*Projeto de decreto na Casa Civil para publicação.*
5. Edição de decreto de Emolumentos e Análise de Impacto Regulatório - AIR.	31/05/2018	🤔	*Projeto de decreto na Casa Civil para publicação*
6. Edição de decreto sobre distribuição da CFEM	30/06/2018	🙂	*Decreto assinado em 12/03/18 e publicado em 13/06.*
4. Edição de decreto de redução da alíquota do Ferro	18/03/2018	🤔	*Projeto de decreto na Casa Civil para publicação.*
5. Edição de decreto para regulamentação do Código de Mineração – Decreto-Lei nº 227/1967.	30/06/2018	🙂	*Decreto assinado em 12/03/18 e publicado em 13/06*
6. PL do Senado 398/2014 - Mineração em Faixa de Fronteira	31/07/2018	🙂	*Em tramitação*
7. Sabatina dos diretores indicados para a ANM	28/05/2018	😡	*A indicação de três nomes foi lida em Plenário. Faltam dois nomes.*

Comentários Gerais:

Na ação de Mineração de Fronteira, a SGM/MME sugere apresentação de emenda aditiva para (i) o afastamento de exigência de 51% do capital ser de brasileiros, igualdade de tratamento entre o capital nacional e o estrangeiro.

Ministério de Minas e Energia **Programa de Modernização do Setor Elétrico** **Leilões de Geração - LEN A-6/2018**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: *Promover a realização dos leilões de Energia Nova em 2018*
	Responsáveis: *Moacir Bertol*	**Atualização:** *15/06/18*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Prazo	Status	Comentários
10. Publicação da Portaria de Sistemática do certame	Concluída 15/05/18	☺			
11. Abertura da Audiência Pública do Edital, pela ANEEL	Concluída 15/05/18	☺			
12. Cadastramento dos Projetos pela EPE	Concluída 18/05/18	☺			
13. Definição do preço-teto dos produtos	27/07/18	☺			
14. Ofício do MME para a Aneel referente ao Preço-Teto	01/08/18	☺			
15. Publicação do Edital	01/08/18	☺			
16. Publicação da Portaria de Garantia Física (UHE´S acima de 50 MW) cadastradas	01/08/18	☺			
17. Publicação da Portaria de Garantia Física (todas as outras fontes) cadastradas	15/08/18	☺			
18. Emissão da Habilitação Técnica pela EPE	16/08/18	☺			
19. Inserção, pelo MME, dos parâmetros do Leilão no Sistema (PD-Demanda e PF- Fonte)	29/08/18	☺			
20. Realização do certame	31/08/18	☺			

Comentários Gerais: *Publicada Portaria MME nº/159 com a sistemática do Leilão A-6. Foram definidos três produtos: dois na modalidade por quantidade de energia elétrica para empreendimentos de geração oriundos de fonte hidrelétricas com prazo de suprimento de trinta anos e de fonte eólica com prazo de suprimento de vinte anos, e outro na modalidade por disponibilidade de energia elétrica para empreendimentos de geração oriundos de fonte termelétrica à biomassa, carvão e gás natural com prazo de suprimento de vinte e cinco anos.*

- *O Leilão recebeu cadastramento de mais de 1 mil projetos, que somam 59,1 GW em capacidade instalada. As termelétricas a gás natural lideram em termos de capacidade, com 28,65 GW inscritos, divididos em 39 projetos. Já as usinas eólicas dominam o cadastro em número de empreendimentos — são 928 cadastrados, em um total de 27,1 GW. O leilão tem inscritos para a disputa, ainda, 333 MW em hidrelétricas de maior porte, com 7 projetos, e 941 MW em pequenas hidrelétricas, ou 66 projetos, além de cerca de 1 GW em usinas à biomassa e 940 MW em térmicas a carvão.*
- ***06/07/2018** – Fechamento do AEGE ;* ***11/07/2018 a 20/07/2018** – Prazo de recebimento de recursos administrativos*

AEGE: Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos Geradores de energia elétrica

Ministério de Minas e Energia **Programa de Modernização do Setor Elétrico** **Leilões de Transmissão**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: Promover a realização dos leilões de transmissão nºs 02/2018 e 04/2018
	Responsável: *Moacir Bertol*	**Atualização:** *15/06/2018*

Atividades / Etapas	Leilão nº 2/2018	**Status**	Leilão nº 4/2018	**Status**	
	Prazo		**Prazo**		**Comentários**
9. Entrega dos Relatórios à ANEEL (R1, R2, R3, R4 e R5)	Concluído	🙂	30/06/2018	🤔	
10. Entrega do Ato Justificatório ao TCU	Concluído	🙂	31/08/2018	🤔	
11. Reunião de Diretoria ANEEL– Audiência Pública	Concluído	🙂		🤔	
12. Audiência Pública ANEEL	Concluído em 13/04/18	🙂		🤔	
13. Reunião de Diretoria ANEEL– Aprovação do Edital	Concluído em 15/05/18	🙂		🤔	
14. Publicação do Edital pela ANEEL	Concluído em 17/05/18	🙂		🤔	
15. Sessão Pública do Leilão	28/06/2018	🙂	Dezembro/2018	🤔	
16. Assinatura dos Contratos de Concessão	28/09/2018	🙂		🤔	

Comentários Gerais:

- Realizada reunião de acompanhamento dos Projetos Estratégicos em 16 de maio.

Desafio 7 - Leilões de Geração LEE/2018 – A-1 e A-2

Ministério de Minas e Energia **Programa de Modernização do Setor Elétrico** **Leilões de Geração - LEE/2018 – A-1 e A-2**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: *Promover a realização dos leilões de Energia Existente - LEE em 2018 .*
		Responsáveis: *Ildo Wilson Grudtner*
		Atualização: *15/06/18*

Atividades / Etapas	LEE/2018 Prazo	Status	Comentários
21. Publicação da Portaria de Diretrizes dos Leilões	29/06/18		
i) Em cada um dos LEEs, A-1/2018 e A-2/2018, serão negociados dois produtos: (i) um produto na modalidade por quantidade de energia elétrica; e (ii) outro na modalidade por disponibilidade de energia elétrica, este último somente para usinas termelétricas de diversas fontes, exceto a óleo. *ii) Os períodos de suprimento para os LEEs A-1 e A-2 serão de dois anos de suprimento, a partir de 1º de janeiro do ano A.*			
25. Instauração pela ANEEL da Audiência Pública para aprimoramento das minutas de Edital e seus Anexos	12/09/2018		
26. Sistema de Declaração Digital de Necessidades - DDIG	28/09/2018		*Período de 17 a 28/09/2018*
27. Fim da Audiência Pública - ANEEL	15/10/2018		
28. Nota Técnica relativa ao Preço Teto - EPE/CCEE	31/10/2018		
29. Aprovação dos Editais e Anexos dos Leilões A-1 e A-2 (ANEEL)	06/11/2018		
30. Ratificação/retificação no Sistema DDIG	23/11/2018		*Período de 19 a 23/11/2018*
31. Sessão do LEILÃO A-1 e A-2, via internet	07/12/2018		

Desafio 8 - Gás para Crescer

Ministério de Minas e Energia **Gás para Crescer**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: *programa do Governo Federal para estimular um mercado de gás natural com diversidade de agentes, liquidez, competitividade, acesso à informação e boas práticas, e que contribua para o desenvolvimento do País.*
		Responsável: *Symone C. S. Araujo* / **Atualização:** *14/06/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
23. Aprovação do projeto de lei contendo novo desenho do mercado de gás natural a partir com as propostas da iniciativa Gás para Crescer	Até 31/10/2018	🙂	*Desejável aprovação do projeto de lei com as propostas da iniciativa Gás para Crescer até a transição do Governo*
a. Articulação com parlamentares e agentes da indústria do gás natural	Até 31/10/2018	🙂	*Participação dos debates do PL no Congresso. Atividade de caráter contínuo para discussão de propostas da iniciativa Gás para Crescer*
b. Identificação dos atos infralegais necessários para a regulamentação da lei aprovada	Após aprovação do PL	🙂	*Os atos infralegais dependem da redação final da lei que for aprovada no Congresso Nacional, quando será feita a estimativa de esforço necessário para sua regulamentação*
c. Realização de consulta pública dos atos infralegais	Após aprovação do PL	🙂	*A realização de consultas públicas serão realizadas em cumprimento às diretrizes previstas na Resolução CNPE nº 10/2016*
d. Remessa das minutas de atos infralegais para a Casa Civil	Após aprovação do PL	🙂	*SPG/CONJUR/GM-MME*
24. Avaliação de medidas infralegais para implementação de propostas da iniciativa Gás para Crescer	15/06/2018	🙂	*Discussões com as áreas técnicas do MME*
a. Interação com as partes interessadas	15/07/2018	🙂	*Discussões com órgãos governamentais, agentes privados e associações*
b. Conclusão da proposta de regulamentação	30/07/2018	🙂	*Áreas técnicas do MME*
c. Remessa das minutas dos atos infralegais para a Casa Civil	15/08/2018	🙂	*SPG/CONJUR/GM-MME*
25. Aperfeiçoamento das Regras Tributárias		🤔	*Discussões com a RFB/MF e CONFAZ*

26. Elaboração de medidas infralegais para a Integração entre os Setores Elétrico e de Gás Natural		🤔	*Áreas técnicas do MME, EPE, ANP, ANEEL, agentes de mercado e associações*

Comentários Gerais:

- *As propostas da iniciativa Gás para Crescer foram incorporadas, em 2017, no substitutivo do PL nº 6.407/2013, ao qual está apensado o PL nº 6.102/2016. O substitutivo foi lido na Comissão de Minas e Energia em 12/2017, porém não foi votado. Com a nova constituição da Comissão de Minas e Energia em 2018, houve designação de novo relator para os PLs, com quem há tratativas para dar continuidade às propostas, com aprimoramento para reduzir conflitos.*

- *A tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional ocorrerá em paralelo com a avaliação das medidas infralegais, com participação e interlocução das equipes do MME.*

- *Em relação ao aperfeiçoamento das regras tributárias, já houve a aprovação, pelo Confaz, do Ajuste SINIEF nº 03/18, de 3/4/2018, que concede tratamento diferenciado às operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio de gasoduto. Está em andamento a elaboração dos atos complementares para esse Ajuste SINIEF.*

- *Em relação à integração entre os setores elétrico e de gás natural, algumas medidas discutidas no âmbito da iniciativa Gás para Crescer já foram implementadas, com aplicação nos Leilões de Energia de 2017.*

- *Com o novo desenho proposto pela iniciativa Gás para Crescer, o mercado de gás natural no Brasil tem potencial para triplicar até 2030, atraindo investimentos de até R$ 50 bilhões.*

Desafio 9 - Rodadas de Licitação sob o Regime de Partilha de Produção

Ministério de Minas e Energia **Rodadas de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: *ofertar as áreas de Itaimbezinho, Três Marias, Dois Irmãos e Uirapuru na 4ª Rodada e as áreas de Saturno, Pau-Brasil, Titã e Sudoeste de Tartaruga Verde na 5ª Rodada de Partilha de Produção.*
	Responsável: Clayton de Souza Pontes	**Atualização:** *15/06/2018*

Atividades / Etapas	4ª Rodada Prazo	Status	5ª Rodada Prazo	Status	Comentários
10. Publicação da resolução do CNPE que autoriza a realização da rodada	Concluído	☺	Concluído	☺	
2. Manifestação da Petrobras sobre o direito de preferência	Concluído	☺	Concluído	☺	
11. Publicação do pré-edital e das minutas de contrato de partilha de produção e disponibilização do pacote de dados técnicos	Concluído	☺	Até 20/06/2018	☺	
12. Prazo final para contribuições ao pré-edital e às minutas de contrato de partilha de produção e término da consulta pública	Concluído	☺	Até 26/06/2018	☺	
13. Audiência Pública	Concluído	☺	Até 13/07/2018	☺	
14. Publicação do edital e dos modelos de contrato de partilha de produção	Concluído	☺	Até 30/07/2018	☺	
15. Seminários Técnico, Ambiental e Jurídico-fiscal	Concluído	☺	Até 10/08/2018	☺	
16. Fim do prazo para entrega dos documentos de manifestação de interesse, qualificação e pagamento da taxa de participação	Concluído	☺	Até 10/09/2018	☺	
17. Data-limite para apresentação das garantias de oferta	Concluído	☺	Até 12/09/2018	☺	
18. Sessão pública de apresentação de Ofertas	Concluído	☺	27/09/2018	☺	*Somente Itaimbezinho não foi arrematado na 4ª RPP*

Comentários Gerais:

- *A licitação da 4ª Partilha, ocorrida em 07/06/2018, teve 3 blocos arrematados, dos 4 ofertados, o que gerou uma arrecadação de R$ 3,15 bilhões. Somando-se à arrecadação de R$ 8 bilhões da 15ª Rodada de concessão e à arrecadação de 6,8 bilhões de reais prevista para a 5ª Rodada de Partilha, a expectativa é de arrecadar em bônus de assinatura no ano de 2018 do total de R$ 18 bilhões.*
- *A Petrobras manifestou direito de preferência como operadora na área de Sudoeste de Tartaruga Verde, da 5ª Partilha, com 30%, de participação, o que foi aprovado na 36ª Reunião Ordinária do CNPE, resultando na aprovação da Resolução CNPE nº 6, de 2018.*

Desafio 10 - Cessão Onerosa

Ministério de Minas e Energia **Revisão do Contrato da Cessão Onerosa**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: *Concluir a revisão do contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a União e a Petrobras, que trata da outorga de produção de até 5 bilhões de barris de petróleo em blocos selecionados na Bacia de Santos, em área do Pré-sal.*
		Responsável: João Vicente de C. Vieira **Atualização:** *15/06/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
34. Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010 – Cessão Onerosa	30/06/2010	🙂	*Etapa Concluída*
35. Comunicação inicial para início do processo de revisão	01/12/2013	🙂	*Etapa Concluída*
36. Declaração de Comercialidade dos campos descobertos	01/12/2014	🙂	*Etapa Concluída*
37. Acórdão nº 354/2016-TCU sobre negociação do contrato	15/02/2016	🙂	*Etapa Concluída*
38. Definição de cláusulas de Conteúdo Local	13/10/2017	🙂	*Etapa Concluída*
39. Estabelecimento da Comissão Interministerial para a revisão	15/01/2018	🙂	*Etapa Concluída*
40. Conclusão de laudos técnicos das certificadoras D&M e GCA	15/02/2018	🙂	*Etapa Concluída*
41. Conclusão dos trabalhos da Comissão Interministerial	17/05/2018	😡	*Discussão complexa, envolvendo vários órgãos de governo, a Petrobras e órgãos de controle. Após a conclusão da parte técnica, as negociações seguem em nível mais elevado, com apoio da AGU.* *Relatório final da Comissão em fase de conclusão. Pendente homologação do simulador pelo GT.*
42. Assinatura do aditivo ao contrato de Cessão Onerosa	29/05/2018	😡	*Os valores elevados envolvidos e os diversos cenários de execução e custos, o acompanhamento pelos minoritários da Petrobras e pelos órgãos de controle do governo poderão demandar forte esforço para a definição do aditivo.*
43. Leilão do volume excedente da Cessão Onerosa	15/12/2018	😡	*Depende da conclusão da revisão e de negociação do formato futuro contrato*

Comentários Gerais:

- *O contrato de Cessão Onerosa tem prazo de vigência de 40 anos, prorrogáveis por até 5 anos sob condições específicas.*
- *Valor do Contrato: R$74.807 milhões.*
- *Serão revistos: valor do contrato; volume máximo, prazo de vigência e percentuais mínimos de conteúdo local. Acompanhamento do PL nº 8.939, de 2017, que modifica a Lei nº 12.276/2010*

Ministério de Minas e Energia **RenovaBio**	***Desafios 2018***	**Objetivo**: *Formulação e implementação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) - Lei nº 13.576/2017.*
		Responsável: Miguel Ivan Lacerda de Oliveira **Atualização:** *15/06/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
4. Diretrizes estratégicas do RenovaBio	05/05/2017		*Atividade concluída.*
4.1. Realizar reuniões com agentes públicos e privados	10/02/2017		*Atividade concluída.*
4.2. Elaborar Diretrizes Estratégicas do RenovaBio	14/12/2016		*Atividade concluída.*
4.3. Divulgar as diretrizes estratégicas	05/05/2017		*Atividade concluída.*
5. Proposição do marco legal do RenovaBio	07/07/2017		*Atividade concluída.*
5.1. Detalhar os eixos estratégicos do RenovaBio	06/06/2017		*Atividade concluída.*
5.2. Elaborar Minuta do Marco Legal do RenovaBio	07/07/2018		*Atividade concluída.*
6. Eixos estratégicos do RenovaBio	29/06/2018		*Atividade em andamento.*
6.1. Modelo econômico	29/06/2018		*Atividade concluída.*
6.2. Avaliação do Ciclo de vida	29/06/2018		*Atividade em andamento. Concluídas a Consulta Pública sobre a Proposta de Resolução ANP (11 a 25/5/2018) e a Audiência Pública (5/6/2018). Edição da Resolução até o final de junho/2018.*
6.3. Regulação (Metas)	29/06/2018		*Atividade concluída.*
6.4. CBIO (créditos de descarbonização)	31/12/2019		*Atividade em andamento. Em função dos trabalhos já desenvolvidos e do prazo legal para o cumprimento das metas do RenovaBio, por meio da compra de CBIOs pelas Distribuidoras de Combustíveis, começar a valer apenas em*

			dezembro de 2019, estendemos o prazo de conclusão desta atividade de 29/06/2018 para 31/12/2018.

Comentários Gerais:

- *Tratativas mais recentes do projeto:*
    - *O Comitê RenovaBio, com os inputs da Consulta Pública encerrada em 22/5/2018, deliberou em 24/5/2018 sobre a proposta de Metas de Descarbonização a ser enviada para o CNPE, que a aprovou em sua reunião de 5/6/2018, sendo publicada no DOU de 6/6/2018 a Resolução CNPE nº 5, de 5 de junho de 2018.*
    - *Concluídas a Consulta Pública (11 a 25/5/2018) e a Audiência Pública (5/6/2018) sobre a Proposta de Resolução ANP sobre a Avaliação do Ciclo de Vida. Edição da Resolução até o final de junho/2018.*
    - *Diversas reuniões para desenvolvimento do eixo financeiro (CBIOs) em andamento. Em função dos trabalhos já desenvolvidos e do prazo legal para o cumprimento das metas do RenovaBio, por meio da compra de CBIOs pelas Distribuidoras de Combustíveis, começar a valer apenas em dezembro de 2019, estendemos o prazo de conclusão desta atividade de 29/06/2018 para 31/12/2018.*

Desafio 12 - Revisão de marco legal

Ministério de Minas e Energia **Modernização do Setor Elétrico** ***Desafios 2018***	**Objetivo**: acompanhamento legislativo do projeto de lei de Revisão do Marco Legal do Setor Elétrico, fruto do trabalho do MME na Consulta Pública nº 33 e incorporado no Projeto de Lei nº 1.917/2005 (PL da Portabilidade), relatado pelo Dep. Fábio Garcia (DEM/MT).	
	Responsável: *Ricardo Brandão*	**Atualização:** *15/06/2018*

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
27. Fechamento no MME da CP 33 e envio à Casa Civil	08/02/2018	☺	*Disponibilização no site do MME e envio à Casa Civil do PL*
28. Envio do resultado da CP 33 ao Dep. Fábio Garcia	09/02/2018	☺	Ofício nº 83/2018-GM/MME, respondendo a pedido de manifestação em relação ao PL nº 1.917/2015
29. Devolução do processo ao MME após reunião na Casa Civil	24/04/2018	☺	*Incorporação de ponto pactuados com a Fazenda e Planejamento*
30. Instalação da Comissão Especial na Câmara dos Deputados para tratar do PL nº 1.917/2015	08/05/2018	☺	*Definição de presidente e relator (Dep. Fábio Garcia)*
31. Audiências públicas no âmbito da Comissão Especial com participação do MME	22 e 29/05/2018	☺	*Debates com representantes das Associações e do MME*
32. Apresentação do parecer do relator	30/05/2018	☺	*Relator apresentou o substitutivo incorporando quase a integralidade da CP 33, excluindo apenas o tratamento do GSF, da RBSE das transmissoras e terras estrangeiras*
33. Início do prazo de 5 sessões para emendas	01/06/2018	☺	O prazo para emendas ao substitutivo começou no dia 04/06/2018. O MME está acompanhando as emendas e interagindo com o relator
34. Audiência pública no âmbito da Comissão Especial com participação do MME	05/06/2018	☺	O relator veio ao MME em 06.06.2018 pedir apoio ao Ministro
35. Encerrado o prazo de emendas	13/06/2018	☺	O relator deve apresentar novo texto e submeter à votação

Comentários Gerais:

- *A revisão a proposta do PL decorrente da reunião de 24/04/2018 não será submetida ao Congresso Nacional. A nova estratégia consiste na elaboração de medidas infra legais possíveis, derivadas do PL revisado. Em paralelo, vamos centrar esforços em viabilizar o PL 1.917/2015, que contempla a proposta de revisão legislativa preparada pelo MME na CP 33*
- *A tramitação do projeto original na Comissão Especial do Congresso Nacional ocorrerá em paralelo, com participação e interlocução das equipes do MME.*

Atas 7º Ciclo:

Ata 7º Ciclo RAO SGM

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL – RAO – 7° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
29/11/2018 - 15h00	Sala 403	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATEGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

UNIDADE

- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
30. Marco Aurelio Pacheco de Brito	Chefe da AEGE/SE
31. João Claudio Lima de Franco	AEGE/SE
32. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE/SE
33. José Luiz Ubaldino de Lima	SGM/MME
34. Francisco Paulo Rubino	SGM/MME
35. Hélio Mauro França	SGM/MME
36. Dione Macedo	SGM/MME
37. Lilia Sant´Agostino	SGM/MME
38. Vânia L. L. Andrade	AEGE/MME

PAUTA

- Apresentação dos Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Estratégicas

- Apresentação dos Projetos Estratégicos e dos Desafios 2018
- Apresentação dos Indicadores e Projetos Setoriais
- Outros Assuntos

O Sr. Marco Aurélio Pacheco de Brito, Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE deu início à reunião, falando sobre a grande empreitada que foi a implantação do Planejamento Estratégico do MME, um processo estruturado e integrado de gestão estratégica.

Fez um breve retrospecto da execução do Planejamento Estratégico nos exercícios de 2017 e 2018, ressaltando a importância da atualização, no STRATEC, dos Objetivos e Indicadores Estratégicos, dentre outros assuntos.

O Sr. Marco Aurelio explicou sobre a realização da 5ª e 6ª RAE, em 2018, com a presença do Senhor Ministro e Secretários, quando foram definidos os Projetos Prioritários, denominados como "Desafios 2018". Esses Projetos foram apresentados por seus responsáveis, nas duas RAE's, atualizando a situação de cada Projeto, informando sobre as ações executadas e resultados alcançados. Estes projetos estão sendo acompanhados semanalmente.

Sr. Marco Aurélio ponderou que, no caso da área de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, a SGM continuou todo o período de 2018 com o mesmo projeto "Revitalização da Industria Mineral Brasileira", o qual já apresenta várias etapas concluídas.

Sr. Hélio Mauro discorreu sobre a situação de diversos assuntos, dentre eles:

1. Edição do Decreto de Emolumentos e Análise de Impacto Regulatório. É possível que esse item seja obrigatório a todas as Agências;

2. Edição do Decreto de Redução da Alíquota do Ferro;
   Obs: esses Decretos estão aguardando publicação na Casa Civil da Presidência da República.
3. Projeto de Lei do Senado nº 398/2014 sobre Mineração em Faixa de Fronteira; e

4. Ações no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI.

Sr. Hélio Mauro informou da importância da edição desses Decretos em 2018 pois se não forem aprovados nesse ano, serão devolvidos ao Ministério pelo novo governo, para re-estudo.

Mostrou também o desempenho dos Indicadores Estratégicos e ponderou sobre a não-ingerência direta da SGM, pois são indicadores com forte influência do mercado, como número de requerimentos apresentados de autorização de pesquisa, de lavra, etc.

Sra. Lilia ponderou que esses indicadores poderiam no futuro considerar o período de tempo gasto na liberação de requerimentos.

Sr. Hélio Mauro informou que a Carteira de Projetos da SGM praticamente se esgota com a aprovação desses subitens restantes e é muito importante a elaboração de lista de novos projetos da SGM que podem ser apresentados nas reuniões da 7ª Pré-RAE e 7ª RAE.

Sra. Lilia informou da oportunidade de se resgatar o Projeto do Observatório do Setor Mineral, em razão da deficiência atual de dados técnicos, considerando que agora se tem uma agência reguladora que pode olhar para a frente e é capaz de supervisionar Políticas Públicas mais estruturadas. (Anteriormente, os Projetos da SGM eram, basicamente, para corrigir antigas distorções do Setor).

Também foi sugerido o desenvolvimento de Projeto na área de Tecnologia em Transformação Mineral.

A reivindicação sobre a necessidade de melhoria do Quadro de Pessoal da SGM também foi aventada.

Sr. Marco Aurélio sugeriu à SGM a apresentação de uma lista de novos projetos a serem desenvolvidos a partir de 2019, nas próximas Pré-RAE e RAE.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 16h30.

Ao final desta ata, foi colocado um resumo do desempenho do Projeto de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira e de seus vários subitens, da situação dos Indicadores Estratégicos e das Metas Intermediárias de Desempenho Institucional, elaborado pelo Sr. Hélio Mauro.

ENCAMINHAMENTOS PARA A PRÓXIMA RAE – 7º CICLO

- Apresentar a atualização dos Projetos "Desafios 2018".
- Apresentar a atualização dos Projetos da SGM que não fazem parte dos Desafios 2018.
- Sugestão de apresentação de lista de novos Projetos da SGM.

7º Ciclo de Reuniões de Avaliação Operacional – RAO

Indicadores Estratégicos:

1) DDSM - Atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - número de empresas que atuam em pelo menos 1 (um) ODS socioeconômico E 1 (UM) ODS ambiental, nos estados de Minas Gerais, Pará, Bahia e Goiás. Metas: avaliação de 2 (duas) empresas por estado. 2017: 1 empresa em MG; 2018: 1 empresa em Minas Gerais; 2019: 2 empresas no Pará; 2020: 2 empresas na Bahia; 2021: 2 empresas em Goiás; Periodicidade: anual

Sem dados

2) DGPM - Dinâmica do Setor Mineral - somatório do número de requerimentos: de autorização de pesquisa, de registro de licença, de registro de extração, de lavra garimpeira e de lavra; Periodicidade: semestral

Período 2017	Previsto	Farol	Realizado	Desempenho	Acumulado			
					Previsto	Farol	Realizado	Desempenho
1º semestre	9.150		8.151	89,08%	9.150		8.151	89,08%
2º semestre	9.150		9.137	99,86%	18.300		17.288	94,47%

Período 2018	Previsto	Farol	Realizado	Desempenho	Acumulado			
					Previsto	Farol	Realizado	Desempenho
1º semestre	9.150		7.330	80,11%	9.150		7.330	80,11%
2º semestre	9.150				18.300			

3) Dinâmica do Setor Mineral - Requerimento de Lavra - Número de requerimento de lavras protocolado no DNPM; Periodicidade: semestral.

Período 2017	Previsto	Farol	Realizado	Desempenho	Acumulado			
					Previsto	Farol	Realizado	Desempenho
1º semestre	766		668	87,21%	766		668	87,21%
2º semestre	766		770	100,52%	1.532		1.438	93,86%

Período 2018	Previsto	Farol	Realizado	Desempenho	Acumulado			
					Previsto	Farol	Realizado	Desempenho
1º semestre	804		565	70,27%	804		565	70,27%
2º semestre	805				1609			

r >= 100% 80% <= r < 100% r < 80%

4) Índice de Participação na Gestão Territorial nos Setores de Mineração - (número de zoneamentos ecológico-econômicos - ZEE estaduais ou federais avaliados que incluam a atividade minerária no ordenamento territorial) x 100.10 ZEE avaliados no período 2017-2021, sendo: um em 2017; três em 2018; e dois ao ano de 2019 a 2021. Periodicidade: anual.

Sem dados

Projeto Estratégico: REVITALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA

1) Criação da Agência Nacional de Mineração – ANM - PUBLICADA, em 27/12/2017, a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nos 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração) - **CONCLUÍDO**;
2) Alteração da legislação sobre a compensação financeira pela exploração mineral – CFEM - PUBLICADA, em 19/12/2017, a Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017, que Altera as Leis nos 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - **CONCLUÍDO**;
3) Alteração da legislação mineral - Decreto-lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração) e Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978 - Regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais. Publicado no dia 26/07/2017, a Medida Provisória nº 790, de 25/07/2016, que altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 - Código de Mineração, e a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, que dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências. A Medida Provisória nº 790/2017 expirou a validade em 28/11/2017 – **CONCLUÍDO;**
4) Extinção da reserva nacional do cobre e associados - RENCA (Decreto nº 89.404/1984 e Decreto nº 92.107/1985) - Publicado o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que Extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá. Publicado o decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, que revoga o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados – RENCA e extingue a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados - RENCA para regulamentar a exploração mineral apenas na área onde não haja sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira. Publicado em 26/09/2017, o Decreto nº 9.159, de 25/09/2017, que revoga o Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, que dispõe sobre a Reserva Nacional de Cobre e seus associados - RENCA, e dá outras providências. Com a publicação deste Decreto, ficam revigorados (i) - o Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984; e (ii) - o Decreto nº 92.107, de 10 de dezembro de 1985. Assim, a área da RENCA fica impedida de ser explorada pela mineração - **CONCLUÍDO**;
5) Programa de parceria e investimentos - PPI - Licitação de áreas selecionadas do Serviço Geológico Brasileiro – CPRM - Fosfato de Miriri: Sete processos minerários (7.572,84 ha). Cobre, Chumbo e Zinco de Palmeirópolis: Cinco processos minerários (5.500 ha). Carvão de Candiota: quatorze processos minerais (20.353,60 ha). Cobre de Bom Jardim de Goiás: Uma área (1.000 ha). **Situação atual do projeto**: Projeto de Palmeirópolis/TO em fase de análise junto ao TCU (1º Estágio da IN nº 27/98). **Não concluído – atrasado**
6) Disponibilidade de áreas do DNPM - **Não concluído – atrasado**
7) Automatização dos processos minerários - outorga online - **Não concluído – atrasado.**

Indicadores setoriais:

Não foram desenvolvidos tendo em vistas perspectivas de alterações estruturais decorrentes do Projeto de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, especialmente nos aspectos regulatórios e de automatização dos processos minerários.

Metas de Desempenho Institucional – 01/10/2017 a 30/09/2018

METAS INTERMEDIÁRIAS (UNIDADE DE AVALIAÇÃO)		5. META GLOBAL VINCULADA	6. INDICADOR	7. FÓRMULA	8. PREVISTA	9. REALIZADA	10. % ALCANCE
MI1	Análise da SGM para Concessão de Lavra	MG6	Processos Analisados	(nº de processos analisados)/(nº processos que deram entrada na SGM) x100	80%	96,6%	121%
MI2	Elaborar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e indicadores estatísticos da Mineração e Transformação Mineral, especificamente a Sinopse da Mineração, o Anuário Estatístico do Setor de Transformação de não Metálicos, o Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico e o Boletim Informativo do Setor Mineral, nas versões português e inglês.	MG10 MG14	Produtos elaborados e divulgados	(nº de produtos divulgados)/(nº de produtos elaborados)x100	100%	100%	100%
MI5	Análise de interferência entre áreas protegidas e títulos minerários.	MG5	Consultas analisadas	(n° consultas analisadas)/(n° de consultas demandadas) x 100	80%	100%	125%
MI6	Inserção da atividade de mineração em fóruns governamentais envolvendo questões socioambientais.	MG5	Representações em comissões, fóruns e grupos de trabalho	(n° participações)/(n° de agendamentos) x 100	80%	90%	113%
MI3	Realizar o monitoramento orçamentário e do PPA	MG8	Preenchimento do SIOP	(nº atualizações realizadas)/(nº atualizações demandadas) x100	100%	100%	100%
MI4	Elaborar, no âmbito da SGM, o Relatório de Gestão	MG8	Relatórios elaborados	(nº de relatórios encaminhados)/(nº de relatórios demandados) x100	100%	100%	100%

Metas de Desempenho Institucional – MI41 a MI46, para o período 1/10/2018 a 30/9/2019

METAS GLOBAIS

G1-Garantir a Segurança Energética; **MG2**-Assegurar a Universalização dos Serviços de Energia Elétrica; **MG3**-Promover o Uso Racional de Energia; **MG4**-Assegurar a acionalidade Econômica na Atuação do MME em Prol da Sociedade; **MG5**-Garantir o Aproveitamento dos Recursos Energéticos e Minerais de Forma Sustentável; **MG6**-esenvolver um Ambiente de Confiança, Inovação e Competitividade para os Setores de Energia e Mineração; **MG7**-Aprimorar o Marco Legal e Regulatório com Segurança rídica; **MG8**-Aprimorar o Planejamento e o Monitoramento Setorial; **MG9**-Ampliar a Participação na Gestão Territorial nos Setores de Energia e Mineração; **MG10**-Ampliar Divulgar o Conhecimento Energético e Geológico; **MG11**-Fortalecer as Articulações Institucionais e a Supervisão Ministerial; **MG12**-Aprimorar a Gestão dos Processos de abalho; **MG13**-Aprimorar a Governança; **MG14**-Desenvolver a Gestão Integrada de Informações dos Setores Energético e Mineral; **MG15**-Fortalecer a Comunicação Interna Externa; **MG16**-Garantir o Alinhamento Interno na Atuação do MME; **MG17**-Fortalecer a Gestão de Pessoas; **MG18**-Modernizar a Infraestrutura Física e Tecnológica; **MG19**-arantir Recursos Orçamentários e Financeiros; **MG20**-Maximizar os Resultados com a Aplicação Efetiva dos Recursos.

METAS INTERMEDIÁRIAS (UNIDADE DE AVALIAÇÃO)		5. META GLOBAL VINCULADA	6. INDICADOR	7. FÓRMULA	8. PREVISTA	9. CONSONÂNCIA COM PPA, LDO OU LOA ?		10. SE O ITEM 9 FOR POSITIVO, INDIQUE O Nº DA AÇÃO
						S	N	
MI1	Análise da SGM para Concessão de Lavra	MG6	Processos Analisados	(nº de processos analisados)/(nº processos que deram entrada na SGM) x100	85%		X	
MI2	Elaborar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e indicadores estatísticos da Mineração e Transformação Mineral, especificamente a Sinopse da Mineração, o Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos, o Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico e o Boletim Informativo do setor Mineral nas versões português e inglês.	MG10 MG14	Produtos elaborados e divulgados	(nº de produtos divulgados)/(nº produtos elaborados) x100	100%	X		Iniciativa 04RV
MI3	Realizar o monitoramento orçamentário e do PPA	MG8	Preenchimento do SIOP	(nº atualizações realizadas)/(nº atualizações demandadas) x100	100%		X	
MI4	Elaborar, no âmbito da SGM, o Relatório de Gestão	MG8	Relatórios elaborados	(nº de relatórios encaminhados)/(nº de relatórios demandados) x100	100%		X	
MI5	Análise de interferência entre áreas protegidas e títulos minerários	MG5	Consultas analisadas	(n° consultas analisadas)/(n° de consultas demandadas) x 100	80%	X		Iniciativa 04RR

MI6	Inserção da atividade de mineração em fóruns governamentais envolvendo questões socioambientais	MG5	Representações em comissões, fóruns e grupos de trabalho	(n° participações)/(n° de agendamentos) x 100	80%	X		Iniciativa 04RR

Atividades / Etapas	Prazo	Status	Comentários
7. Edição de decreto de instalação e aprovação da estrutura regimental da ANM	Concluído		*Publicado decreto nº 9.587, de 27/11/2018.*
8. Edição de decreto de Emolumentos e Análise de Impacto Regulatório - AIR.	Indefinido		*Projeto de decreto na Casa Civil para publicação. Previsão reunião em 30/11/2018 para tratar do assunto*
9. Edição de decreto de redução da alíquota do Ferro	Indefinido		*Projeto de decreto na Casa Civil para publicação.*
10. PL do Senado 398/2014 - Mineração em Faixa de Fronteira	Indefinido		*Em tramitação – Aprovada, em 22/03/18, realização de Audiên Pública para instruir a matéria, com a indicação dos seguint nomes como convidados: Ministro de Minas e Energia; Ministro Defesa; Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucion Ministro Extraordinário da Segurança Pública; Representante IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração).*
11. Sabatina dos diretores indicados para a ANM	Concluído		*Aprovado pelo Senado Federal.*
12. Programa de Parceria e Investimentos - PPI - Licitação de áreas selecionadas do Serviço Geológico Brasileiro – CPRM:	21/06/2019		Em andamento
a. Abertura da Consulta Pública	25/07/2018		Ação já executada
b. Audiência Pública - Brasília;	06/08/2018		
c. Audiência Pública – Rio de Janeiro;	08/08/2018		
d. Audiência Pública – Porto Alegre;	10/08/2018		
e. Período de *one-on-ones* e *roadshow* (etapa 1 - previsão)	13 a 17/08/2018		
f. Prazo final para contribuições ao pré-edital e à minuta do contrato de promessa de cessão e término da consulta pública (término da consulta pública)	27/08/2018		Ação já executada
g. Publicação do edital e do modelo de contrato de promessa de cessão;	14/11/2018		Ação a ser executada. ***Situação atual do projeto***: *Projeto de Palmeirópolis/TO em fase de análise junto ao TCU (1º Estágio da IN nº 27/98).*
h. Abertura da visitação aos dados físicos dos projetos;			
i. Período de *one-on-ones* e *roadshow* (etapa 2 - previsão);	14/11/2018 a 07/12/2018		Ação a ser executada

j. Fim do prazo para preenchimento do formulário de inscrição, entrega dos documentos de inscrição; k. Credenciamento para sessão pública de apresentação das ofertas; l. Sessão pública de apresentação das ofertas; m. Fim do prazo para entrega dos seguintes documentos de qualificação (licitante vencedora) e (ii) Garantia de Oferta Adicional prevista na seção 8.4, alínea (v), se for o caso; n. Adjudicação do objeto e homologação da licitação; o. Fim do prazo para entrega dos seguintes documentos: (i) de assinatura dos contratos de promessa de cessão; e (ii) de qualificação da afiliada indicada para assinar o contrato, se for o caso; p. Fim do prazo para pagamento do bônus de assinatura e envio do comprovante; q. Assinatura dos contratos de promessa de cessão.	03 a 07/12/2018		Ação a ser executada
	10/12/2018		Ação a ser executada
	13/12/2018		Ação a ser executada
	14/12/2018		Ação a ser executada
	31/01/2019		Ação a ser executada
	Até 05/04/2019		Ação a ser executada
	17/05/2019		Ação a ser executada
	17/05/2019		Ação a ser executada
	Até 21/06/2019		Ação a ser executada

Ata 7º Ciclo RAO SPG

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL – RAO – 7° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
26/11/2018 - 9h30	Sala 952	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATEGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

UNIDADE

- Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG

PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
39. Fernando Massaharu Matsumoto	DGN/SPG
40. Silvio Castilho das Oliveiras	AEGE/SE
41. Max Lopes Bezerra	AEGE/SE
42. Clayton de Souza Pontes	Diretor do DEPG/SPG
43. Marcos Carvalho de Sant'Ana	DBIO/SPG
44. Symone Christine de Santana Araújo	Diretora do DGN/SPG
45. Thereza Christina de Almeida Castro	Gab/SPG
46. Marco Aurelio Pacheco de Brito	Chefe da AEGE/SE
47. João Claudio Lima de Franco	AEGE/SE
48. Breno Peixoto Cortez	DEPG/SPG
49. Cláudio Akio Ishihara	Diretor do DCDP/SPG
50. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE/SE

PAUTA

- Apresentação dos Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Estratégicas
- Apresentação dos Projetos Estratégicos e dos Desafios 2018
- Apresentação dos Indicadores e Projetos Setoriais
- Outros Assuntos

O Sr. Marco Aurélio Pacheco de Brito, Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE deu início à reunião, falando sobre a grande empreitada que foi a implantação do Planejamento Estratégico do MME, um processo estruturado e integrado de gestão estratégica.

Fez um breve retrospecto da execução do Planejamento Estratégico nos exercícios de 2017 e 2018, ressaltando a importância da atualização, no STRATEC, dos Objetivos e Indicadores Estratégicos, dentre outros assuntos.

O Sr. Marco Aurelio explicou sobre a realização da 5ª e 6ª RAE, em 2018, com a presença do Senhor Ministro e Secretários, quando foram definidos os Projetos Prioritários, denominados como "Desafios 2018". Esses Projetos foram apresentados por seus responsáveis, nas duas RAE's, atualizando a situação de cada Projeto, informando sobre as ações executadas e resultados alcançados. Estes projetos estão sendo acompanhados semanalmente

Lembrou que, no caso da SPG, são 04 projetos que constam no Planejamento Estratégico: Gás Para Crescer; Renovabio; Combustível Brasil; Programa de Revitalização de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate). Dentre esses projetos, os dois primeiros foram escolhidos como "Desafios 2018" e, por isso, têm sido acompanhados semanalmente.

O Sr. Marco Aurelio ressaltou que as informações da SPG estão bem atualizadas no sistema STRATEC, havendo apenas um problema de vinculação: o projeto "Gás Para Crescer" está equivocadamente vinculado ao "Volume de Oferta Nacional", que não é um Objetivo Estratégico. Sr. Vivaldo Belarmino Valença, da AEGE, ficou de acertar esse ponto no sistema com a SPG.

O Sr. Clayton de Souza Pontes, do DEPG/SPG, explicou a situação do Reate, que não está incluído nos "Desafios 2018", mas que teve plena continuidade no ano de 2018. O Programa Reate registrou avanços em decorrência das ações constantes do Planejamento Estratégico do MME, quais sejam:

- Implementação do sistema de Oferta Permanente de blocos exploratórios e campos marginais pela ANP.

- Adequação dos percentuais de royalties de novos contratos aos ambientes de elevado risco exploratório e baixo potencial petrolífero, relativos às bacias maduras e de novas fronteiras.

- Simplificação exigências contratuais para jazidas de baixa materialidade, relativos à medição por exemplo.

- Criação de coordenação de E&P terrestre na ANP para facilitar a comunicação e solução de problemas relativos à regulação.

Além dos progressos acima destacados, ele mencionou as iniciativas da ANP para a retomada dos investimentos em exploração e produção em áreas terrestres, e ainda em campos maduros em águas rasas. Tem-se ainda os projetos de desinvestimento de campos maduros da Petrobras, denominados por Ártico e Topázio, que podem, com sua conclusão, aumentar o número de operadores em terra, fortalecendo a iniciativa da Oferta Permanente e atraindo investimento na revitalização dos citados campos maduros.

Outra iniciativa no âmbito do Reate é denominada "Poço Transparente", que busca viabilizar a perfuração de poço horizontal em rochas de baixa permeabilidade onde haverá fraturamento hidráulico e o acompanhamento dessas atividades com amplos métodos de monitoramento das operações. Tais recursos dependem do interesse de uma empresa operadora que queira aplicar os citados métodos visando o aumento da produção e o uso dos resultados do monitoramento para o aprimoramento da regulação operacional, pela ANP, e ambiental, pelos órgãos de meio ambiente. Atualmente, tal iniciativa conta com participação de representantes dos estados do Maranhão e da Bahia.

O Sr. Marco Aurelio sugeriu que fosse ajustado o prazo para o término do Reate, que consta no STRATEC como sendo até 07/12/2017. Segundo a Sra. Thereza, da SPG, o Reate seria um projeto plurianual. O Sr. Marco Aurelio lembrou que o período do Planejamento Estratégico do MME é de 2017 a 2021 e ressaltou que o Reate está ativo, mas ainda não está maduro.

De acordo com o Sr. Clayton, há uma expectativa, para essa semana, de que seja noticiada uma contratação de dois polos pela Petrobras. Ele mencionou também a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI contra o

desinvestimento da Petrobras. Segundo ele, no momento, o Reate não tem uma agenda ativa e a SPG está aguardando essas definições.

A Sra. Symone, do DGN/SPG, apresentou a situação do projeto “Gás Para Crescer”, que está incluído entre os “Desafios 2018”. Segundo ela, quatro ações de proposição de medidas infralegais deveriam ser concluídas em 2018, mas ainda estão dependendo da aprovação do Projeto de Lei sobre o assunto. Segundo ela, o projeto “Gás Para Crescer”, a princípio continua, mas consta no STRATEC como devendo estar concluído em 2018. Diante disso, ela questionou se a SPG deveria alterar as informações do sistema, pois do contrário vai constar como “não realizado”.

O Sr. Marco Aurelio, da AEGE, e a Sra. Thereza, da SPG, sugeriram não alterar essas informações no STRATEC. Segundo o Sr. Marco Aurelio, na primeira avaliação do Planejamento Estratégico do próximo Governo, essas questões deverão ser revistas, discutidas e decididas, obedecendo os objetivos e as prioridades da nova gestão.

Ainda segundo o Sr. Marco Aurelio, a situação do Reate é a mesma do projeto Combustível Brasil, mas difere da situação do Renovabio e do projeto Gás Para Crescer, que continuam em 2019. O Sr. Marcos Carvalho de Sant’Ana, do DBIO/SPG, mencionou que seria necessário refazer o projeto, reajustando as datas e efetuando uma adequação metodológica.

Com relação à iniciativa Combustível Brasil, o Sr. Cláudio Ishihara, do DCDP/SPG, informou que, conforme estabelece Resolução CNPE nº 15/2017, a cada seis meses são elaborados planos de trabalho para o semestre seguinte por cada Subcomitê Temático da iniciativa (de Abastecimento, de Infraestrutura, de Concorrência & Competitividade e de Tributação), que são apresentados ao CNPE, assim como é efetuada prestação de contas do semestre em curso. Dessa forma, será apresentado relatório de atividades e respectivo plano de trabalho na reunião do CNPE de dezembro de 2018. Segundo ele, as propostas do Combustível Brasil são de caráter estrutural, mas que necessitam ser ratificadas pelo próximo Governo para dar continuidade aos trabalhos. Ele citou que, apesar de a greve dos caminhoneiros, ocorrida em 2018, ter impactado os trabalhos dos 4 subcomitês temáticos, houve avanços das ações desenvolvidas em cada subcomitê.

O Sr. Marco Aurelio lembrou que, no caso da SPG, além do Renovabio e do Gás para Crescer, os “Desafios 2018” incluem, ainda, os seguintes projetos: Revisão do Contrato da Cessão Onerosa; Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção e Rodada de Licitações de Blocos na Modalidade de Oferta Permanente, sob o Regime de Concessão.

Com relação ao Renovabio, o Sr. Marcos Sant’Ana, do DBIO/SPG, informou que, em breve, o projeto sairá da situação de “farol vermelho” para “farol azul” no STRATEC.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 10h20.

ENCAMINHAMENTOS PARA A PRÓXIMA RAE – 7º CICLO

- Apresentar a atualização dos Projetos “Desafios 2018”;
- Apresentar a atualização dos Projetos da SPG que não fazem parte dos Desafios 2018.

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL – RAO – 7° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
28/11/2018 – 15h00	Sala 450	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

UNIDADE

- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SPOA

PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
51. Wiler Tristão de Castro	SPOA
52. Terezinha Aguiar Almeida	CMA/SPOA
53. Carlos Eduardo Mendes Galvão	CGRH/SPOA
54. Manoel Humberto Lemos da Silva	SPOA
55. Max Lopes Bezerra	AEGE
56. Silvio Castilho das Oliveiras	AEGE
57. João Claudio Lima de Franco	AEGE
58. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE
59. Marco Aurelio Pacheco de Brito	AEGE

PAUTA

- Apresentação dos Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Estratégicas
- Apresentação dos Projetos Estratégicos e dos Desafios 2018
- Apresentação dos Indicadores e Projetos Setoriais
- Outros Assuntos

O Sr. Marco Aurélio Brito, Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, deu início à reunião, fazendo um breve retrospecto sobre a execução do Planejamento Estratégico nos exercícios de 2017 e 2018, e ressaltou a importância da continuidade ao trabalho que havia sido iniciado com o apoio de uma consultoria paga, tendo em vista que o MME deverá ser auditado em 2019, pela CGU e pelo TCU.

Ele mencionou a realização da 5ª e 6ª RAE, em 2018, com a presença do Senhor Ministro e dos Secretários, quando foram definidos os projetos prioritários, denominados "Desafios 2018", que estão sendo acompanhados semanalmente.

Com relação ao Objetivo Estratégico "Fortalecer a Gestão de Pessoas", o Sr. Marco Aurélio comentou que o indicador "Índice de Perda de Servidores" certamente continuará com o "farol vermelho" no STRATEC. O Sr. Manoel Silva, Assessor da SPOA, e o Sr. Carlos Eduardo, Coordenador-Geral da CGRH, informaram que esse assunto não depende apenas do MME e sim de outros atores, como o Ministério do Planejamento.

Eles comentaram que os três assuntos da área de recursos humanos eram os seguintes: plano de carreira; concurso; e pesquisa de clima organizacional. O concurso não foi aprovado pelo Ministério do Planejamento e o plano de carreira dependia do concurso, então não houve avanços. A pesquisa de clima organizacional foi efetuada mas teve uma adesão muito baixa. Essa informação já está colocada no STRATEC O ponto mais criticado na pesquisa foi a comunicação, enquanto que as questões de infraestrutura e logística foram elogiadas.

Com relação ao projeto "Estruturação do Escritório de Processos", o Sr. Manoel, da SPOA, e a Sra. Terezinha Aguiar, Coordenadora da CMA, informaram que o assunto está avançando. O escritório ainda não está formalmente instituído, mas já foram efetuadas algumas ações pontuais, como o mapeamento de processos relacionados ao assunto "Diárias e Passagens". Atualmente, está sendo efetuado o mapeamento na CGCC e na CGOF.

Sr. Carlos Eduardo da CGRH/SPOA informou que a folha de pagamentos de aposentados deverá ser feita pelo Ministério do Planejamento.

O Sr. Vivaldo Valença, da AEGE, mencionou a necessidade de revisão das datas no STRATEC, tendo em vista que esse projeto irá avançar até o exercício de 2019.

Com relação à área de Tecnologia da Informação, o Sr. Manoel informou que o PDTI está concluído.

O Sr. Marco Aurélio, da AEGE, informou que na pré-RAE (inicialmente prevista para o dia 06/12), deverá ser definida a pauta da RAE (inicialmente prevista para o dia 07/12). Ele mencionou que provavelmente a pauta será restrita aos "Desafios 2018", mas que o assunto "Gestão de Pessoas" também poderá ser incluído.

Ao final da reunião, o Sr. Marco Aurélio solicitou que a SPOA atualizasse as informações no STRATEC e efetuasse uma avaliação de cada projeto, para que seja verificado se será necessária alguma mudança de estratégia.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 15h45.

ENCAMINHAMENTOS PARA A PRÓXIMA RAE – 7º CICLO

- Apresentar a atualização do Objetivo Estratégico "Fortalecer a Gestão de Pessoas".

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL – RAO – 7° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
22/11/2018 - 9h30	Sala 503	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATEGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

UNIDADES

- Secretaria de Energia Elétrica - SEE
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE
- Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios - AEREG
- Assessoria Especial de Assuntos Econômicos - ASSEC

PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
60. João Claudio Lima de Franco	AEGE/SE
61. Max Lopes Bezerra	AEGE/SE
62. Andrea Cristina Gomes Pereira	Gab/SPE
63. André Grobério Lopes Perin	DMSE/SEE
64. João Daniel de Andrade Cascalho	DMSE/SEE
65. Eduardo Azevedo	Secretário da SPE
66. Moacir Carlos Bertol	Secretário-Adjunto da SPE
67. Silvio Castilho das Oliveiras	AEGE/SE
68. Domingos Romeu Andreatta	Secretário-Adjunto da SEE
69. André Luiz Dias de Oliveira	Gab/SEE
70. Juan Zamudio	Gab/SEE
71. Flamarion Souza Matos	DPUE/SEE
72. Paulo Gonçalves Cerqueira	DPUE/SEE
73. Ricardo Spanier Homrich	DGSE/SEE
74. Fabricio Dairel de Campos Lacerda	DGSE/SEE
75. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE/SE
76. Marco Aurelio Pacheco de Brito	Chefe da AEGE/SE

PAUTA

- Apresentação dos Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Estratégicas
- Apresentação dos Projetos Estratégicos e dos Desafios 2018
- Apresentação dos Indicadores e Projetos Setoriais

- Outros Assuntos

Obs: As apresentações foram feitas em separado, para as duas Secretarias (SEE e SPE).

No dia 22/11/2018, teve início o 7º Ciclo de Avaliação do Planejamento Estratégico, com a realização da Reunião de Avaliação Operacional referente à área de energia elétrica, setor de atuação da Secretaria de Energia Elétrica – SEE e da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE.

Além das duas Secretarias, foram convidados também os representantes da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos – ASSEC e da Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios – AEREG, mas não compareceram.

O Sr. Marco Aurélio Pacheco de Brito, Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE deu início à reunião, fazendo um retrospecto da execução do Planejamento Estratégico nos exercícios de 2017 e 2018, ressaltando a importância da atualização, no STRATEC, dos Objetivos e Indicadores Estratégicos, dentre outros assuntos.

O Sr. Moacir Carlos Bertol, Secretário-Adjunto da SPE, perguntou sobre a realização da 7ª Reunião de Avaliação Estratégica – RAE e foi informado que está prevista, a princípio, para o dia 7 de dezembro de 2018, e que a reunião prévia (pré-RAE) está prevista para o dia anterior (06/12/2018).

O Sr. Marco Aurelio explicou sobre a realização da 5ª e 6ª RAE, em 2018, com a presença do Senhor Ministro e Secretários, quando foram definidos os Projetos Prioritários, denominados como "Desafios 2018". Esses Projetos foram apresentados por seus responsáveis, nas duas RAE's, atualizando a situação de cada Projeto, informando sobre as ações executadas e resultados alcançados. Estes projetos estão sendo acompanhados semanalmente.

O Sr. Marco Aurelio informou que as Secretarias deveriam internalizar os dados e informações, para ser possível fechar o exercício de 2018 na primeira RAO de 2019. Além disso, ele ressaltou a importância do Planejamento Estratégico e a necessidade de dar continuidade ao trabalho que havia sido iniciado com o apoio de uma consultoria paga, tendo em vista que o MME deverá ser auditado em 2019, pela CGU e pelo TCU.

Com relação ao Objetivo Estratégico "Racionalidade Econômica na Atuação do MME em Prol da Sociedade", o Sr. Domingos Romeu Andreatta, Secretário-Adjunto da SEE, questionou a indicação, no sistema STRATEC, de duas vinculações com títulos semelhantes: "Redução de Subsídios" e "Redução de Subsídios da CDE". O Sr. Vivaldo Belarmino Valença (AEGE) esclareceu que a primeira vinculação era referente a um projeto e a segunda, a um indicador.

O Sr. Moacir Bertol, da SPE, informou que o Projeto Geração Distribuída ainda está em fase de planejamento.

O Sr. Juan, da SEE, informou sobre dois projetos já concluídos em 2017, que continuam no Planejamento Estratégico devido ao fato de o período do mesmo ser até o exercício de 2021: "Redução de Subsídios" e "Estruturação da Área de Mercado".

Com relação ao Objetivo Estratégico "Segurança Energética", o Sr. Domingos, da SEE, ressaltou que o farol vermelho indicado no sistema STRATEC deveria ser decorrente dos projetos "Combustível Brasil" e "Renovabio", que são de responsabilidade da SPG e não da SEE. O Sr. Marco Aurélio esclareceu que esse assunto será discutido na RAO referente à área de atuação da SPG.

O Sr. Domingos, da SEE, ficou de verificar os indicadores do Programa Luz Para Todos – LPT.

O Sr. Paulo Cerqueira, da SEE, informou que os indicadores do LTP devem ser reestudados pois não faz sentido o programa cumprir anualmente 90% e permanecer no sistema STRATEC com o farol vermelho. O Sr. Paulo ficou de acertar esse assunto e comunicar ao Sr. Vivaldo, da AEGE.

O Sr. Domingos, da SEE, levantou a questão da atualização dos responsáveis no sistema STRATEC. A equipe da AEGE esclareceu que, no que se refere a 2017, devem ser mantidos os servidores que eram os responsáveis à época, mas que, no que se refere a 2018, as informações devem ser atualizadas pelas próprias Secretarias, diretamente no sistema.

Foi solicitado na reunião o envio aos participantes das apresentações elaboradas pela AEGE.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 11h10.

ENCAMINHAMENTOS PARA A PRÓXIMA RAE – 7º CICLO

- Apresentar a atualização dos Projetos “Desafios 2018”

ATA DE REUNIÃO		
MME – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA – RAE - 7° CICLO		
DATA	**LOCAL**	**ORGANIZAÇÃO**
20/12/2018 16h00 às 17h30	Sala de Reunião Plenária / MME	**ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA - AEGE** **ESCRITÓRIO DE SUPORTE À GESTÃO ESTRATÉGICA - ESGE**

PARTICIPANTES

NOME	CARGO/UNIDADE
77. Marcio Felix Carvalho Bezerra	Secretário Executivo/SE
78. Edvaldo Luis Risso	Secretário-Executivo Adjunto/SE
79. Marco Aurélio Pacheco de Brito	Chefe da AEGE/SE
80. João Vicente de Carvalho Vieira	Secretário/SPG
81. José Wanderley Uchoa Barreto	Chefe de Gabinete/GM
82. Wiler Tristao de Castro	Subsecretário/SPOA
83. Igor Alexandre Walter	AEREG/SE
84. Andrea Cristina Gomes Pereira	SPE
85. Tania Gomes Ribeiro de Moraes	OUVIR/GM
86. Maria Ceicilene Aragão Martins	AESA/SE
87. Weibson Gustavo de Souza Gomes	AEGP/SE
88. Gustavo Santos Masili	AEGP/SE
89. Guilherme Silva de Godoi	SEE
90. Alan Sampaio Santos	GM
91. Cesar Ferreira Borges	ASCOM/GM
92. Thereza Christina de Almeida Castro	SPG
93. Helio Mauro França	SGM
94. Patrícia da Silva Pego	SGM
95. Jairez Elói de Souza Paulista	AEGE/SE
96. Vivaldo Belarmino Valença	AEGE/SE
97. João Cláudio Lima de Franco	AEGE/SE
98. Max Lopes Bezerra	AEGE/SE

REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA - RAE - 7º CICLO

13. ABERTURA

A abertura da reunião foi conduzida pelo Sr. Márcio Félix, Secretário-Executivo, que agradeceu a todos pela presença e pela participação no processo do Planejamento Estratégico.

O Secretário-Executivo elogiou o trabalho de gestão, em 2018, das equipes do MME, para fazer as "coisas acontecerem". Ele enfatizou o sucesso do último leilão de transmissão. Todos os 16 lotes foram arrematados e vendidos, com a previsão de 13 bilhões de reais para o caixa do Tesouro, nos próximos cinco anos.

Em seguida, o Sr. Marco Aurélio, Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE fez breve exposição sobre o processo de implantação e monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional no MME, ressaltando a importância que o TCU vem dando a essa questão, desde o início desta década, de forma a melhorar a gestão dos órgãos públicos, com uma visão estratégica definida. Em seguida, ele se referiu ao andamento dos Projetos Prioritários do Planejamento Estratégico, fazendo um breve histórico sobre a execução dos mesmos, assim como, informou quanto aos projetos prioritários, elencados pelo Senhor Ministro Wellington Moreira Franco como "Desafios 2018", que foram objeto de acompanhamento sistemático/semanal ao longo do exercício de 2018, no âmbito do Planejamento Estratégico.

Em sequência, o Sr. Marco Aurélio fez um breve balanço da situação dos Projetos Prioritários.

Na 1ª fase, foram definidos 12 Projetos Prioritários, sendo:
a) 02 Projetos não foram iniciados:
- Contratação de empresa de comunicação corporativa;
- Fomento à Geração Distribuída;

b) 04 Projetos concluídos:
- Elaboração do PDTIC
- Gestão de Pessoas;
- Estruturação da área de Mercado;
- Redução de subsídios;

c) 06 Projetos (3 deles foram incluídos nos "desafios 2018") e 3 continuam ativos:
- Estruturação do Escritório de Processos;
- Combustível Brasil;
- REATE;

Na 2ª fase, denominada "Desafios 2018", foram definidos 10 Projetos Prioritários:

a) 03 Projetos oriundos da 1ª fase:
- Modernização da Indústria Mineral Brasileira;
- Gás Para Crescer;
- RENOVABIO

b) 07 Projetos:
- Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras;
- Modernização da Eletrobras;
- Energia Mais Justa;
- Leilões de Geração LEN A-6/2018 e Leilões de Transmissão;
- Revisão do Marco Legal do Setor Elétrico;
- Revisão do Contrato de Cessão Onerosa;
- Rodadas de Licitação – Partilha e Oferta Permanente.

Ele também mencionou que já teve início, sob a coordenação da AEGE, com a participação de todas as Secretarias e unidades, o processo de elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2018, a ser apresentado ao TCU em março de 2019. Foi enfatizada a importância que o TCU está dando ao Planejamento Estratégico para a elaboração do Relatório de Gestão de 2018, pois alterou totalmente a sua estrutura, que terá como base o Planejamento Estratégico, objetivando vincular todos os Projetos e Indicadores a cada Objetivo Estratégico, assim, avaliando a administração com foco em resultados.

O Sr. Marco Aurélio mencionou, ainda, o assunto Gestão de Riscos, que é um ponto bastante cobrado pelos órgãos de controle. Segundo ele, o MME já tem um Comitê de Governança, Riscos e Controles e uma Política de Gestão de Integridade, de Riscos e de Controles Internos, mas ainda não tem a cultura de trabalhar com gestão de riscos, o que depende de anos de trabalho. Ou seja, a estrutura está montada, mas o MME ainda está um pouco atrasado. Ele mencionou também a que a Portaria que institui o Programa de Integridade do MME já está em fase final de tramitação.

14. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Em seguida, os representantes das unidades fizeram apresentações sobre a concepção e o estágio em que se encontram os projetos sob sua responsabilidade.

2.1. Modernização na Indústria Mineral Brasileira

A servidora Patrícia Pego, da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, fez uma apresentação sobre o programa de **Modernização na Indústria Mineral Brasileira**, que está praticamente concluído, sem novas etapas a vencer. Ela mencionou a criação da Agência Nacional de Mineração – ANM, ressaltando que agora o setor mineral tem um órgão com o mesmo status das demais agências, o que trará maior transparência e estabilidade jurídica. Atualmente, está em elaboração o seu Regimento Interno. Haverá a necessidade de dotar a ANM de recursos (humanos, financeiros e de infraestrutura).

Ela mencionou também a alteração das regras da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, o que possibilitará a correção de distorções históricas e a adequação ao mercado atual.

Por fim, a servidora mencionou que a perda de validade Medida Provisória nº 790, que pretendia modernizar o regulamento do Código de Mineração, estabelecendo obrigações e responsabilidades para o minerador.

Novos assuntos que poderão ser trabalhados, referentes a esse programa são:

- A mineração nas áreas de fronteiras;
- Automatização dos processos minerários, assunto que agora fará parte das atividades da ANM.

2.2. Modernização do Setor Elétrico

A servidora Andrea Pereira, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, mencionou o sucesso dos **Leilões de Geração A-4 e A-6 e de Transmissão de Energia Elétrica**.

Em seguida, o servidor Igor Walter, da Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios – AEREG, falou sobre a Revisão do Marco Legal do Setor Elétrico, informando que o PL 1917 (Portabilidade) não deve prosperar, mas o PLS 232 já passou por duas comissões e está no momento em tramitação na Comissão de Infraestrutura do Senado, cujo relator é o Senador Eduardo Braga, e depois seguirá para a Câmara dos Deputados.

Com relação ao projeto **Energia Mais Justa**, o Sr. Igor mencionou que o objetivo é “empoderar” o consumidor. Ele citou como fato relevante, o lançamento, no dia 13/11/2018, do aplicativo ANEEL Consumidor, que demonstra o detalhamento da conta de energia elétrica, em um gráfico em formato de pizza, a partir de informações do site da ABRADE. O consumidor ficará informado sobre o que está sendo cobrado em sua fatura mensal.

O Sr. Marco Aurélio, da AEGE, mencionou que o acompanhamento dos projetos **Desestatização das Distribuidoras da Eletrobras** e **Modernização da Eletrobras** está sob a responsabilidade da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos – ASSEC, cujos representantes não puderam comparecer à reunião. Mas segundo ele, os assuntos estão se desenvolvendo bem, como demonstram as planilhas de acompanhamento semanal dos Desafios 2018.

2.3. Óleo, Gás e Biocombustíveis

O Sr. João Vicente, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SPG), fez uma apresentação sobre quatro importantes iniciativas da Secretaria: REATE, Gás para Crescer, Combustível Brasil e Renovabio.

- **REATE - Revitalização da Atividade Terrestre**

O Secretário mencionou a “Oferta Permanente Brasil”, que é um trabalho efetuado pela ANP e acompanhado pela SPG, voltado para a desburocratização do processo Concessões de Petróleo e Gás.

Ele mencionou, ainda, o RBL (Reserve Based Lending), que é a sigla em inglês para as reservas nos processos de cessão de contratos de E&P, nas alterações de controle societário e na constituição de garantias reais sobre direitos emergentes dos contratos.

Sobre o “Poço Transparente”, o Secretário informou que é um projeto com o emprego do faturamento hidráulico de rochas, que pretende desmistificar a impressão de risco nas atividades relacionadas a petróleo. Segundo ele, a ideia é utilizar recursos de P&D da ANP e da FINEP e já existem negociações com os estados do Maranhão e da Bahia, que querem ser o berço desse projeto. Essas atividades já são realizadas normalmente nos EUA, China, Argentina e outros países.

Com relação à “Queima – Energia Elétrica”, o Secretário mencionou que se trata de um estudo da Empresa de Pesquisa Energética – EPE relacionado às seguintes bacias: Recôncavo (BA), Sergipe-Alagoas (SE e AL), Potiguar (RN) e Solimões (AM).

- **Gás Para Crescer**

O Secretário mencionou que o programa Gás Para Crescer é baseado no seguinte tripé: regulatório; tributário; e de integração do setor elétrico.

Com relação à questão regulatória, ele mencionou a publicação do Decreto nº 9.616, de 17/12/2018, que altera o Decreto nº 7.382/2010 que “regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição, e sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural”. O novo Decreto implementa algumas das propostas da iniciativa Gás para Crescer, que não dependem de modificação da Lei.

Com relação à questão tributária, o Secretário mencionou que foi entregue, naquela data, o último produto adquirido no âmbito do Projeto META que é um estudo sobre a tributação do gás.

Por fim, com relação à integração do setor elétrico, o Secretário mencionou a publicação da Resolução Normativa nº 827, de 21 de agosto de 2018, da ANEEL, que altera a Resolução Normativa nº 583, de 22 de outubro de 2013, que “estabelece os procedimentos e condições para obtenção e manutenção da situação operacional e definição de potência instalada e líquida de empreendimento de geração de energia elétrica”.

- **Combustível Brasil**

Sobre o Combustível Brasil, o Secretário mencionou os seguintes fatos relevantes ocorridos em 2018: o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre ANP e ANTAQ; o Plano de Ação de Dutos, com planejamento a cargo do IBP e da EPE; as linhas de financiamento do Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva; o Diagnóstico realizado pela ANP e pela ANAC em dezembro de 2018 sobre combustíveis para aviação; o Grupo de Trabalho Concorrência criado pela ANP e pelo CADE; e as Tomadas Públicas de Contribuições - TPC da ANP (Venda Direta, Verticalização na Distribuição, Fidelidade à Bandeira; Enchimento & Marcas).

- **Renovabio - Formulação e implementação da Política Nacional de Biocombustíveis**

Com relação ao Renovabio, o Secretário mencionou a publicação dos seguintes atos legais publicados: Resolução CNPE nº 5 de 05/06/2018, que “estabelece as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis”; e Resolução ANP nº 758/2018, de 30/11/2018, que “estabelece critérios para o tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte em ações de fiscalização da ANP”.

15. OUTROS ASSUNTOS

Ao final das apresentações sobre os projetos, o Sr. Edvaldo Risso, Secretário-Executivo Adjunto, mencionou sobre o legado deixado para as próximas gestões no que diz respeito ao Planejamento Estratégico. Segundo ele, existe uma plataforma de gestão e governança que deve ser sempre utilizada e incentivada. Ele destacou o total alinhamento das iniciativas apresentadas com o que está expresso no Mapa Estratégico do MME. Ele ressaltou ainda que, naquela data havia atendido a CGU e que ficou claro que os projetos do MME possuem uma grande transparência, mencionando 16 consultas públicas realizadas.

O Sr. Risso lembrou que, no processo de elaboração do Planejamento Estratégico do MME, cerca de 20 pessoas foram treinadas e continuam empenhadas., apesar de ser um trabalho concorrente. Diante disso, ele parabenizou os servidores que cuidam desse assunto nas Secretarias. Ele mencionou ainda que os Desafios 2018 foram uma derivação do Planejamento Estratégico, que terão que ser revistos pela próxima gestão.

O servidor Guilherme Godoi, da Secretaria de Energia Elétrica - SEE, fez uma apresentação sobre as principais realizações em 2018 e sobre as perspectivas para 2019 da Secretaria. Segundo ele, o modelo do setor elétrico é composto por três pilares: Universalização; Segurança; e Modicidade Tarifária.

Sobre a **Universalização**, ele mencionou o Programa Luz para Todos, que atende 3,44 milhões de domicílios, equivalente a 16,42 milhões de pessoas, desde 2004 a outubro de 2018, e que foi prorrogado até 2022 por meio do Decreto nº 9.357, de 27/04/2018. Atualmente, já são 13 estados brasileiros universalizados.

Nesse momento, o Sr. Weibson Gomes, da Assessoria Especial de Gestão de Projetos – AEGP/SE, mencionou o programa Avançar Energia, que tem iniciativas relacionadas ao tema da Universalização.

Com relação à questão da **Segurança**, o Sr. Guilherme mencionou a expansão da geração de energia elétrica. Em 2018, já entraram em operação 6.560 MW, com a previsão de mais 211 MW até o final do ano, totalizando 6.771 MW. Com isso, a expansão média anual nos últimos 5 anos foi de 7.500 MW. Sobre a Matriz de Geração, ele mencionou que as fontes renováveis já representam cerca de 83%. Sobre a expansão da transmissão, o servidor mencionou que, em 2018, já entraram em operação 3.436 km e 12.505 MVA. Com isso, a expansão média anual nos últimos 5 anos é de 5.611 km.

Ainda com relação à Segurança, o Sr. Guilherme mencionou como destaques positivos de 2018 a realização de 18 reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE e ressaltou que a situação do atendimento energético e do atendimento elétrico está sob controle.

Por fim, ele mencionou que questão da **Modicidade Tarifária** está relacionada ao programa Energia Mais Justa e citou os seguintes destaques do exercício de 2018: Plano de Redução dos Subsídios da CDE (Portaria MME nº 484/2016, instituiu o Grupo de Trabalho – GT-CDE); Monitoramento da Prestação de Serviço Público pelas Distribuidoras Designadas; e Ampliação do Mercado Livre.

Como perspectivas e desafios para 2019, ele citou os seguintes pontos: Tarifa Binômia; Plano de Redução dos Subsídios da CDE (evoluir com as propostas de alterações legais e infralegais para redução dos subsídios); Abertura do Mercado de Energia e Reestruturação do Setor Elétrico; Diretrizes Estratégicas e Políticas para a Geração Distribuída – GD; Avaliação Estrutural do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE; Busca de Soluções para minimizar a Judicialização no Setor Elétrico; Busca por Inserção Sustentável de Novas Tecnologias no Setor Elétrico

O Sr. Helio França, da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, em complementação às explicações da servidora Patricia Pego, mencionou a necessidade de um portfólio de novos projetos, como por exemplo, um Observatório da Mineração com a finalidade de acompanhar a economia mineral, o conhecimento geológico e a transformação mineral, assim como projetos para as áreas de Recursos Humanos e de Gestão de Riscos. Ele apresentou também a necessidade de revisão do Plano Nacional de Mineração e a possibilidade de mineração em terras indígenas e em regiões de fronteiras, ressaltando que, em 2019, o planejamento para o setor de mineração terá uma oportunidade de renovação, com a elaboração do novo PPA 2020-2023.

O Sr. Weibson, da AEGP/SE, mencionou que, no Plano de Mineração, havia a previsão de ações de modernização para o DNPM custeadas pelo Projeto META. Ele mencionou também que questões relacionadas à questão da Segurança Energética (falhas na rede) também foram custeadas com recursos do Projeto META, assim como a própria contração da consultoria sobre Planejamento Estratégico. Segundo ele os assuntos da AEGE (PAC, Avançar, OCDE, PPI) não têm muita visibilidade pois se trata de área-meio.

16. ENCERRAMENTO

O Secretário-Executivo fez o encerramento da reunião, agradecendo a participação de todos e mencionando que a área-meio realmente merece o desenvolvimento de projetos, como um para a área de Recursos Humanos, o que representaria um grande desafio para o MME.

Sem mais, a reunião foi encerrada às 17h30.